

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE VISEU

**DO OUTRO LADO DA LINHA: A VISÃO DE UM EDUCADOR SOCIAL SOBRE A DELINQUÊNCIA
JUVENIL**

VANDA RODRIGUES
VISEU
2012/2013

MESTRADO EM INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL COM CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO
PROJETO FINAL DE MESTRADO

DOCENTE ORIENTADOR
PROFESSORA DOUTORA MARIA JOÃO AMANTE
DOCENTE CO – ORIENTADOR
DR.ª SUSANA FONSECA

MESTRANDA
VANDA RODRIGUES N.º 7283

"A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo"

"A palavra "progresso" não terá qualquer sentido enquanto houver crianças infelizes."

Albert Einstein

AGRADECIMENTOS

Gostaria através deste projeto final agradecer a algumas pessoas que contribuíram para a minha formação enquanto pessoa e profissional e que contribuíram para a elaboração deste projeto de mestrado.

À Prof. Doutora Maria João Amante, que foi uma docente incansável no esclarecimento de dúvidas. Pela boa orientação, disponibilidade e o apoio demonstrado, mostrou-se extremamente essencial para elaboração do trabalho desenvolvido;

À Professora Susana Fonseca pela orientação e cooperação;

Aos meus Pais, pessoas fantásticas, trabalhadoras e determinadas, que me educaram, que me passaram os valores que tanto prezo e que me possibilitaram a oportunidade de frequentar este mestrado;

Ao meu namorado, companheiro e amigo de há longa data, que sempre me apoiou, me incentivou e motivou para a conclusão do presente trabalho. Que por vezes teve de ver sacrificado o seu tempo comigo para que pudesse acabar este trabalho;

À Doutora Júlia Alves, a minha querida tia, que muito me ajudou na interpretação da lei, devido a sua formação profissional ajudou-me a “entrar” no (complexo) mundo do direito, que me orientou na procura e na compreensão de alguns elementos teóricos;

À Dr.^a Ana Pinto Matos, técnica superior de reinserção social, da delegação da direção geral de reinserção social de Viseu pelos esclarecimentos e pela prestabilidade;

À Dr.^a Luísa Cabral, Dr.^a Inês Alexandrino e Dr.^a Renata Santos, técnicas do lar especializado, pela colaboração;

À Dr.^a Ângela Portugal, diretora do centro educativo dos Olivais,

A todos os colegas do 1^o e 2^o ano do mestrado em intervenção psicossocial com crianças e jovens em risco, da ESEV, que de uma maneira ou outra tornarem possível a elaboração deste;

Ao restante corpo Docente da ESEV, que foram pessoas importantes para a minha formação e que muito honrei conhecer e trabalhar;

À minha restante família;

E por fim, às minhas colegas, que se cruzaram neste percurso de vida importante, e que se mostraram ser excelentes pessoas. Que me aturam nos dias de mau feitio...

A todos um muito obrigado, do fundo do coração, por estarem presentes na minha vida, fazerem de mim uma pessoa mais feliz e tornarem possível a hipótese de lutarmos por um mundo mais justo, solidário e melhor para todos.

RESUMO

Com o presente estudo pretende-se compreender e avaliar qual a percepção que os técnicos que estão inseridos nas equipas técnicas dos centros educativos têm do impacto da sua intervenção com o menor institucionalizado assim como, se estes consideram importante a existência de um técnico superior de educação social nas equipas técnicas. Para tal foi efetuada uma exaustiva revisão da literatura sobre a delinquência juvenil, com o objetivo de discutir e aferir os seus conceitos e etiologia, abordando tanto os fatores de risco como os de proteção aos quais os adolescentes, que desenvolvem um comportamento marcado por infrações, estão expostos. Também é alvo de análise o enquadramento legal que protege as crianças e jovens em risco, assim como a lei que regula os centros educativos. São analisadas, ainda, as medidas de internamento em centro educativos e a conseqüente saída da instituição. Para avaliar a percepção dos técnicos foi elaborado um instrumento de recolha de dados, um guião de entrevista semiestruturada, para ser aplicado junto de 12 sujeitos, especificamente aos diretores e técnicos de reinserção social inseridos nas equipas técnicas dos centros educativos da zona centro do país. Este instrumento permitirá compreender a percepção que os técnicos têm relativamente do seu impacto na intervenção do menor. Foi ainda construída uma proposta de PAC sujeita a alterações de acordo com os resultados do estudo.

Palavras- Chave: Delinquência juvenil, Centros Educativos, Educador Social

Abstract

With the present study seeks to understand and assess what the perception that the technicians who are inserted in the technical teams of the educational centers have the impact of their intervention with the less institutionalized as well as, if they consider it is important to existence a higher technical education social in the technical teams. For this was made an exhaustive review of the literature on juvenile delinquency, with the aim of discussing and assess its concepts and etiology, addressing both the risk factors and protective factors to which the adolescents, who develop a behavior marked by infractions, are exposed. It is also being analyzed the legal framework that protects children and youth at risk, as well as the law that regulates the educational centers. They are also analyzed, the measures of internment in educational center and the resulting output of the institution. To evaluate the perceiving of technicians was developed an instrument for collecting data, a semi-structured interview guide to be used with 12 subjects, specifically to directors and technicians of social reintegration inserted in technical teams of educational centers in the center zone of the country. This instrument will understand the perceiving that technicians have in relation to their impact on the less intervention. It was also built a proposal to PAC subject to changes in accordance with the results of the study.

Keywords: Juvenile delinquency, Education Centers, Social Educator

ÍNDICE

Agradecimentos	iv
Resumo	vi
Tabela de siglas	ix
Introdução	1
Capítulo I – Enquadramento teórico	4
1. Conceptualização de delinquência juvenil	4
1.1. Especificidades da delinquência juvenil em função das variáveis: idade e género ..	8
1.2. Fatores de risco e fatores de proteção intrínsecos à delinquência juvenil	9
2. Enquadramento legal das crianças e jovens em risco em Portugal	11
2.1. Breve reflexão sobre a lei 147/99	11
2.2. O regime especial para jovens dos 16 aos 21 anos e a Lei tutelar Educativa	13
2.3. Lei que regula os centros educativos	14
3. Centros educativos: modalidades de internamento	17
3.1. Importância das equipas multidisciplinares na intervenção (enfoque para o papel do técnico superior de educação social)	18
3.2. A integração na instituição vs a reinserção na sociedade	21
3.3. A autonomização do menor e a saída da instituição	23
Capítulo II – Plano de investigação	25
1. Introdução	25
1.1. Questões de estudo e objetivos	26
1.2. População – Amostra	27
1.3. Instrumento de recolha de dados	28
1.3.1. Construção do instrumento	28
1.3.2. Avaliação do instrumento de recolha de dados	30
1.4. Procedimento de recolha de dados	33
1.5. Análise de dados	35
1.6. Resultados Esperados	36
1.6.1 Proposta de elaboração de um programa de aquisição de competências	37
Conclusão	39
Bibliografia	43
Anexo A - Cronograma	57
Anexo B – Ofício diretor dos centros educativos	59
Anexo C – Ofício diretor dos centros educativos	60

Anexo D - Guião da Entrevista Semiestruturada (Diretor).....	61
Anexo E - Guião da Entrevista Semiestruturada (Técnicos de Reinserção Social)	67
Anexo F - Guião da Entrevista Semiestruturada com questionário de avaliação	73
Anexo G - Grelha síntese dos resultados de validação das entrevistas	88
Anexo H – Ofício de pedido de colaboração.....	94
Anexo I – Grelha para elaboração da análise de conteúdos de uma entrevista.....	95
Anexo J – Proposta do programa de aquisição de competências (PAC).....	96

TABELA DE SIGLAS

DGRS – Direção geral de reinserção social

OTM – Organização tutelar de menores

LTE – Lei tutelar educativa

TSRS – Técnico superior de reinserção social

TPRS – Técnico profissional de reinserção social

PAC – Programa de aquisição de competências

INTRODUÇÃO

Este projeto é o culminar de um processo formativo, que visa não só a aquisição de conhecimentos mas o emprego dos mesmos, nas várias realidades profissionais. Para tal, a especialização dos técnicos é uma mais-valia na medida em que permite intervir de forma mais precisa e eficaz, construindo e implementando projetos válidos.

O trabalho de projeto irá debruçar-se sobre o fenómeno da delinquência juvenil e sobre a intervenção desenvolvida com menores em centros educativos.

O fenómeno da delinquência juvenil tem vindo a crescer na sociedade atual sendo que esta ainda não está preparada para lidar com o problema. Muitas vezes os jovens vêem-se incluídos em meios problemáticos ou de risco e, isso pode influenciar o seu comportamento. Segundo Carvalho (2010) a delinquência não é um fenómeno único das sociedades atuais, existiu desde sempre e em todos os grupos e meios sociais, alterando apenas a forma como se caracteriza e se torna visível ao longo dos tempos. Toda esta problemática levou ao evoluir da legislação em matéria de crianças e jovens. O enquadramento legal possibilitou assim, distinguir crianças e jovens que tivessem o seu desenvolvimento condicionado, de jovens menores infratores.

Todo o enquadramento legal levou, também, à reestruturação das medidas punitivas para jovens que tivessem cometido delitos puníveis aos olhos da lei e a criação de centros educativos exclusivamente para o cumprimento de medidas de internamento. Estes centros segundo Strech (2003) devem potenciar, no contato diário com os menores, um ambiente que seja verdadeiramente terapêutico, quer ao nível residencial, quer na vertente educativa de forma a possibilitar que os menores consigam desenvolver relações emocionais e afetivas com os adultos que as rodeiam pois, estes são a chave desta ação.

O tema do projeto foi escolhido não só por preferência e interesse pessoal em abordar a temática da delinquência juvenil mas, também, por este estar inserido na perspetiva do mestrado de Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, na medida em que nos permite trabalhar com crianças e jovens em diversos contextos de risco, promovendo uma intervenção especializada e direcionada para o bem-estar pessoal, social e familiar desta população.

Este projeto de investigação tem como principal objetivo perceber o fenómeno da delinquência juvenil e como este se processa. Inerente a este fenómeno está o possível cumprimento de medidas de internamento em centros educativos. Como técnica superior de educação social considerou-se fundamental conhecer a intervenção desenvolvida nestas instituições. Identificar se existe este profissional nas equipas técnicas dos centros educativos e perceber qual a sua intervenção é, também, objetivo do presente projeto.

Outro objetivo subjacente a este projeto de investigação é analisar a perceção do impacto que os profissionais têm relativamente à intervenção que estes desenvolvem com os menores internados em centros educativos e perceber se estes consideram importante a inclusão de um técnico superior de educação social nas equipas técnicas dos centros educativos.

O título do projeto “do outro lado da linha: a visão de um educador social sobre a delinquência juvenil” foi escolhido objetivamente, não só porque é finalidade do mesmo debruçar-se sobre a intervenção que o menor recebe em centros educativos aquando o cumprimento de medidas de internamento mas, também, averiguar e analisar a visão que os profissionais têm da intervenção que desenvolvem junto do menor e qual o impacto da mesma nos jovens.

Como tal, o presente trabalho irá começar por um enquadramento conceptual de delinquência juvenil e perceber se existe alguma especificidade relacionada entre este fenómeno e a idade ou género dos adolescentes. Ainda neste capítulo do trabalho, serão abordados os fatores de risco e de proteção inerentes às condutas delinquentes.

De seguida será feita uma pequena reflexão sobre o enquadramento legal das crianças e jovens em risco, especificamente retratando a lei de promoção e proteção de crianças e jovens em risco, a lei tutelar educativa, assim como, as leis que estruturam e organizam os centros educativos em Portugal. No final deste capítulo, serão descritas as modalidades de internamento em centros educativos, assim como, os processos de integração seja na instituição, seja posteriormente na sociedade, nunca esquecendo a importância das equipas que prestam serviços e intervêm diretamente com os menores a quando do cumprimento das medidas de internamento, dando um enfoque especial ao papel do profissional técnico superior de educação social como membro de uma equipa técnica num centro educativo.

Neste projeto, será descrito o plano de investigação que abarcará as metodologias adotadas, a questão de estudo, as questões específicas para investigação, a amostra, os instrumentos a utilizar e, por fim, os procedimentos desenvolvidos bem como a metodologia de análise de resultados.

Será, também, apresentada uma proposta de programa de aquisição de competências para menores que estejam a cumprir uma medida de internamento em centro educativo pois, considera-se essencial que estes jovens adquiram e trabalhem aptidões e capacidades que lhes permitam ter acesso a várias oportunidades e se reintegrarem plenamente na sociedade, sem correrem perigo de exclusão social.

O presente trabalho terminará com a habitual conclusão, onde constará uma síntese de projeto, salientando os principais contributos apurados decorrentes não só do estudo de investigação mas, também, da exaustiva pesquisa bibliográfica que foi

realizada, assim como, as expectativas sentidas durante o desenvolvimento do mesmo. Será essencial para que este seja bem-sucedido no final sintetizar ideias e conclusões, delineando soluções e alternativas para o futuro, avançando algumas pistas, permitindo que este projeto seja viável e passível de ser implementado.

Para que o trabalho fosse bem planejado, por etapas objetivas, foi construído um cronograma de forma a orientar o trabalho e a datar o momento em que este foi realizado. Para auxiliar no processo de recolha e gestão da bibliografia foi utilizado o gestor bibliográfico Zotero, que permitiu uma análise e categorização pormenorizada de todas as fontes consultadas para a realização do projeto.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Conceptualização de delinquência juvenil

O termo delinquência juvenil é utilizado por vários autores para se referirem às transgressões da lei praticadas por adolescentes, contudo a definição deste conceito não é linear pois, depende de vários fatores, como por exemplo a época, o país ou a cultura. Sampaio (2010) afirma que o conceito de delinquência juvenil varia em função de vários fatores, sendo um conceito multidimensional. “Do ponto de vista sociológico a delinquência juvenil é um facto social que resulta das ocorrências nas sociedades, é fruto da vivência nas mesmas” (Rosado, 2004, p. 2).

Pode entender-se por delinquência uma diversidade de comportamentos praticados por jovens e que do ponto de vista legal e social não são aprováveis. Como tal, sendo estes atos deploráveis e condenáveis, estão sujeitos a uma sanção.

Campos (1990) afirma que a expressão delinquência juvenil abarca uma diversidade de comportamentos praticados por adolescentes e que, pelo sistema são considerados ilegais, estando sujeitos a diferentes tipos de punições. Sampaio (2010) entende delinquência juvenil como um subconjunto das normas desviantes que violam as regras por imprudência, interesse, recusa ou desafio.

Os comportamentos classificados como delinquentes podem abarcar desde pequenos crimes bem como atitudes apenas puníveis devido à idade do adolescente, como, por exemplo, o consumo de bebidas alcoólicas.

Negreiros (2008) refere que os comportamentos delinquentes incluem delitos que são crimes, quando cometidos por adultos, bem como uma variedade de comportamentos que são ilegais devido à idade do jovem.

Pela sua idade, o menor adolescente não pode ser julgado criminalmente, como se fosse um adulto. Atendendo a este fator cronológico, este beneficia de um sistema penal especial.

A delinquência é uma categoria do desvio reportada aos atos desenvolvidos por crianças e jovens que, aos olhos das leis penais, configurariam a prática de um crime ou violação das normas jurídicas estabelecidas, mas que, pela idade se encontram numa situação de inimputabilidade criminal, beneficiando de uma legislação específica (Leote de Carvalho, 2010).

A idade pode influenciar as atitudes do menor e, com isso, moldar o tipo de ação delinvente. Assim, é pertinente dizer que a delinquência pode manifestar-se numa enorme conjuntura de ações ou comportamentos e que esta pode evoluir de um estado mais leve, marcada por atos de vandalismo ou de mero desafio das regras, para uma

estado mais grave, que poderá incluir crime contra a integridade física de outra pessoa ou atentado contra o património.

Campos (1990) de forma a clarificar o nível da delinquência atribui uma classificação aos atos delinquentes dos jovens, categorizando, assim, a delinquência em três classes fundamentais, a delinquência menor, a delinquência de predação e a delinquência agressiva. A delinquência menor refere-se a atos considerados ilegais devido, unicamente, à idade do transgressor. Assim, entre os atos que poderão ser classificados no âmbito da delinquência menor figuram a condução de veículos sem habilitações necessárias, a vadiagem, as fugas ou mesmo o consumo de álcool. A delinquência de predação envolve a prática de atos de gravidade média, como o vandalismo e o roubo. E por fim, a delinquência agressiva, esta abarca atos de maior gravidade, como o homicídio, a violação ou o rapto, os quais implicam, geralmente, a utilização da força física.

No que diz respeito à categorização da delinquência é importante referir que será necessário para os técnicos que intervêm no diagnóstico destes casos, perceber se o menor teve determinado comportamento devido à rebeldia da juventude ou se o seu comportamento, derivado a outros fatores, pode agravar-se. Muitas vezes, os jovens cometem determinado crime, numa chamada de atenção ou de forma a exprimirem uma opinião. Papalia, Olds e Feldman (2006) referem que a maioria dos jovens delinquentes se torna cumpridor da lei na idade adulta, quando o atos cometidos na juventude foram leves e pontuais.

O fator idade pode, ainda, servir para perceber que tipo de delinquente é o jovem, se este comportamento se iniciou cedo, se foi passageiro ou pelo contrário se permanece até a idade adulta. E neste último caso, o jovem pode ser já julgado criminalmente, acumulando condenações.

West (1982, cit. por Campos, 1990) identifica e classifica as carreiras delinquentes em quatro grupos. Os delinquentes ocasionais que se distinguem ao nível de certas características sociodemográficas e comportamentais, dos seus pares não delinquentes. Os delinquentes tardios classificam os indivíduos que iniciam tardiamente a sua “carreira” delinquente, cujos antecedentes sociofamiliares são considerados normais, embora tenham evidenciado problemas de comportamento no decurso da sua escolaridade. Os reincidentes temporários são aqueles que apresentam múltiplas condenações durante a adolescência, mas nenhuma após os 28 anos de idade. Estes indivíduos poderão ser oriundos de meios sociofamiliares degradados, apresentando problemas de comportamentos na escola até à idade de 18 anos, mas exibindo, a partir desta idade, um comportamento conformista e não-delinquente. E por fim, os delinquentes persistentes, que são aqueles que se iniciaram muito cedo na prática de atos

antissociais, foram condenados diversas vezes na adolescência e continuam a acumular condenações até aos 30 anos. Estes jovens serão originários de meios sociofamiliares caracterizados por inúmeras privações.

Por todos os fatores que influenciam o estudo da delinquência é difícil criar um conceito único que consiga explicar este fenómeno e contextualizar o tipo de comportamentos “standard” do jovem delinquente. Pois, este está intrinsecamente ligado a uma grande variedade de atitudes e comportamentos “que vão desde atos agressivos, furtos, vandalismo, fugas e atos mais graves como homicídio ou rapto, ou ainda consumo de substâncias e comportamentos sexuais de risco” (Oliveira, 2011, p. 4).

O fenómeno e o estudo da delinquência é algo a que as sociedades contemporâneas se têm dedicado, contudo é difícil prever o que desencadeará no jovem o comportamento delinquente. É necessário referir que não existe uma tipologia base do jovem que pode desenvolver determinado comportamento passível de ser chamado delinquente, uma vez que existem demasiados fatores que influenciam o mesmo. Os fatores que podem levar um jovem a cometer algo ilícito, noutro jovem pode não desencadear o mesmo comportamento.

Almeida e Fernandes (2010) destacam que a delinquência, tal como a maioria dos comportamentos humanos, é multifatorial. Podendo ser desencadeada por diversos fatores. Bueno e Mira (1998) explicam que a delinquência pode surgir devido aos desajustes pessoais e transtornos de personalidade, fruto de crises afetivas, familiares, escolares, que produzem no sujeito baixa autoestima e uma personalidade borderline.

Os comportamentos desviantes nos jovens são reflexos das vivências dos mesmos, estas incluem experiências passadas com o grupo de pares, com as famílias e com a sociedade. Esta última pode em alguns casos, ao limitar experiências ou o acesso a oportunidades a alguns jovens, promover uma interação social inapropriada provocando uma descontextualização e exclusão do sujeito em sociedade. A agudização do fenómeno da delinquência juvenil provém de profundos desequilíbrios gerados no seio da própria sociedade (Farinha, 2000).

Matos, Negreiros, Simões e Gaspar (2009) defendem que o comportamento socialmente inadequado é resultado de um reportório inadequado que pode ocorrer da oportunidade de interação social insuficientes ou de uma experiência social inapropriada.

Os jovens que “enveredam” por carreiras delinquentes são, geralmente, adolescentes que já vivenciaram ou experienciaram episódios traumáticos. Estes acontecimentos causam dor no mesmo, que faz com que o jovem não lide com este sentimento da forma mais correta.

Coimbra de Matos (2002, cit. por Pral, 2007) explica que o eu fragilizado do indivíduo, devido ao sofrimento provocado por um meio hostil, produz mecanismos de

defesa desadequados. Estes traduzem-se em comportamentos dirigidos ao meio envolvente (acting out).

Por vezes, a forma do jovem se expressar e lidar com o acontecimento negativo traduz-se de forma violenta, ou seja, o jovem pode adotar comportamentos agressivos de forma a tentar colmatar a dor que sente.

Strech (2003) considera que a via delinvente é, em última análise, a possibilidade de tornar visível um sofrimento que muitos teimam em não considerar. O mesmo autor defende, ainda, que este tipo de comportamentos despoleta em certas alturas de vida dos adolescentes porque estes sofreram episódios traumáticos muito importantes nos primeiros anos de vida.

Todo o processo de formação do jovem é importante para a criação da sua personalidade. Se o jovem experiencia comportamentos desadequados socialmente, pode ter a tendência de os reproduzir. E, uma vez que, os primeiros espelhos das crianças são a família, se esta for disfuncional, a criança poderá copiar os comportamentos que vê. Geralmente, as crianças imitam os comportamentos das pessoas que estão mais perto dela.

Os primeiros anos de vida da criança são fundamentais para a construção desta enquanto pessoa, se forem anos marcados por maus-tratos, seja de que forma for, este tipo de experiências irá refletir-se na maneira de ser da mesma.

Sprinthall e Collins (1994) afirmam que na maioria dos casos de delinquência juvenil, esta tem as suas raízes na família. Suportando a teoria anterior, Winnicott (s.d., cit. por Strech, 2003) diz-nos que as pessoas que estão perto das crianças nos primeiros anos de vida serão o seu espelho, e como tal, será na sua família que os jovens irão buscar a base da sua auto-imagem. Strech (2003), afirma ainda, que os primeiros anos são os mais decisivos para a construção emocional de cada um, são os alicerces do futuro equilíbrio psicossocial.

Assim, concluímos que delinquência juvenil se pode definir como um conjunto de atitudes desadequadas e ilegais, aos olhos da sociedade e da lei. É de salientar que é o meio que muitas das vezes influencia o adolescente. O jovem pode ter no seu contexto social fatores que potenciam ou o protegem de desenvolver comportamentos delinquentes, porém na maioria dos casos estes comportamentos são levados a cabo como forma de “marcar presença”, de se mostrar e conquistar o respeito dos outros.

Segundo Almeida e Fernandes (2010) os delitos têm essencialmente uma finalidade, que é o consumo de bens que lhes confere prestígio social. Muitos dos atos delinquentes cometidos acabam por ser um mero exercício de poder, num expoente de violência aparentemente gratuita, mas que serve o fim da construção e afirmação de uma identidade social.

1.1. Especificidades da delinquência juvenil em função das variáveis: idade e género

Hoje em dia não só emerge a preocupação com o fenómeno da delinquência juvenil, mas, também, com a idade dos jovens que se iniciam criminalmente.

Oliveira (2011) refere que atualmente os jovens delinquentes não só cometem crimes violentos, como se iniciam na vida do crime cada vez mais novos. Encontrando-se, assim, um maior risco de incidência e tendência para cometer crimes mais graves na idade adulta.

Segundo Quade (2011), em detrimento de diversos estudos realizados, o comportamento delinvente surge com maior intensidade e frequência entre os 12 e os 17 anos de idade. É neste momento que o indivíduo passa por uma remodelação interior e firma os valores subjacentes à sua personalidade. Dada a importância da relação crime-idade, alguns autores como Oliveira (2011) e Rosado (2004), afirmam que esta relação é mais intensa nesta altura, pois é nesta que os adolescentes se juntam a grupos com os quais se identificam.

Em relação ao género, as conclusões apuradas ostentam diferenças de amplitude e de gravidade entre raparigas e rapazes. O envolvimento em comportamentos de risco aumenta com a idade, porém os rapazes são mais propensos a executar este tipo de comportamento. Em 2011, Oliveira verifica que os rapazes tendem a cometer entre duas a cinco vezes mais atos delinquentes que as raparigas e estas tendem a praticar atos menos violentos.

No que toca ao género e à delinquência juvenil, há várias características que predispoem os rapazes a esses atos, uma vez que estes são mais fortes e robustos que as raparigas. Oliveira (2011) diz-nos, ainda, que o género necessita de ser tratado como algo mais que uma simples variável demográfica. O género masculino apresenta índices consideravelmente mais altos no que toca aos distúrbios de conduta e a comportamentos antissociais. Porém, convém ressaltar que entre os 13 e os 15 anos as diferenças entre os géneros são débeis, sendo neste período que os comportamentos delinquentes levados a cabo por raparigas se acentuam. Esta proximidade de condutas entre os géneros relaciona uma elevada probabilidade reflexa da maturação feminina, que é mais precoce que a masculina. Contudo, os comportamentos delinquentes das mulheres, tendem a diminuir mais cedo do que os homens.

Segundo os dados publicados pelo Ministério da Justiça e a Direção Geral de Reinserção Social (DGRS), em Maio de 2012, existem 286 jovens internados em centros educativos portugueses, dos quais 253 são do sexo masculino e 33 do sexo feminino.

A maioria dos jovens encontram-se internados em regime semiaberto e tem idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos, em ambos os sexos. A maioria dos jovens que

estão internados nestes estabelecimentos, 64% cumpre pena por crimes contra o património e 37% seguidos por crimes contra pessoas.

Assim, podemos concluir que a idade e o género podem propiciar que o adolescente mantenha o comportamento delinvente, contudo existem fatores intrínsecos ao fenómeno que podem influenciar o jovem ou protegê-lo da carreira delinvente.

Sendo que a delinquência juvenil está intrinsecamente ligada a vários fatores, estes serão explicados no ponto seguinte.

1.2. Fatores de risco e fatores de proteção intrínsecos à delinquência juvenil

A revisão da literatura revela que os comportamentos delinquentes dos jovens são influenciados por variados fatores, que podem ser designados como fatores de risco ou fatores de proteção.

Segundo Oliveira (2011) a presença ou ausência de um dado fator pode promover ou inibir alguns comportamentos, que os fatores de risco são aqueles que aumentam a probabilidade da ocorrência de comportamentos transgressíveis e que os fatores de proteção são os indicadores que inibem a ocorrência deste tipo de atitudes. “Devemos realçar que os fatores de risco devem ser vistos como indicadores e não como mecanismos, sendo que estes por si só não nos dão a informação sobre a natureza do processo de risco” (Fonseca, 2004 cit. por Oliveira, 2011, p. 9).

Decorrente de vários estudos é possível aferir que os fatores de risco que geram o comportamento criminal podem ser estáticos, quando não se alteram, como é o caso da violência, ou podem ser dinâmicos, quando estes são alterados através de tratamento, por exemplo em caso de consumo de substâncias.

Para Pral (2007) os comportamentos delinquentes estão associados a diversas variantes muito importantes e determinantes para o estudo do fenómeno. Como referem Oliveira (2011), Hutz (2002) e Pral (2007), estes fatores podem ser individuais, familiares, ambientais, escolares e comunitários e o relacionamento com os pares.

Os fatores de risco individuais podem potenciar os comportamentos desviantes pois, estão inerentes às características próprias do jovem.

Os fatores de risco individuais incluem características como o stress, a genética, características emocionais e sociais, agressividade, baixos níveis de competências pessoais e de tomada de decisão. Por outro lado, as atitudes negativas, a perceção do risco, a capacidade de comunicação, a aquisição de competências sociais e de controlo são apontados como fatores de proteção, de ordem pessoal (Pral, 2007; Oliveira, 2011).

Os fatores de risco ambientais envolvem o baixo nível socioeconómico, as características familiares, a ausência de suporte social e situações de vida marcadas pelo stress.

Quanto aos fatores de risco familiares, Pral (2007) explica que o estudo se torna difícil pela interação e combinação de diversas variáveis. Contudo, a identificação das combinações de variáveis suscetíveis para promoverem o mau comportamento incluem a estrutura, a dimensão e a dinâmica familiar, a parentalidade, a vinculação, a violência familiar, a modelagem de comportamentos antissociais e a ruptura ou desmembramento familiar.

As atitudes parentais marcadas pela fraca comunicação e a empatia, ausência de modelos adultos e o desinteresse provocam um aumento dos comportamentos delinquentes nos filhos.

A vivência familiar é importante para a construção da personalidade do jovem e quando as famílias já são por si só um fator de stress e problemas, pode tornar o caso do jovem mais dramático.

Pral (2007) confere que a violência familiar acarreta uma série de fatores de risco diretos e indiretos adicionais no que concerne aos comportamentos problemáticos, na medida em que associados a este fenómeno outros fatores, como o abuso de substâncias tóxicas, podem dramatizar mais o caso.

No que diz respeito aos fatores relativos aos pares, as trajetórias desviantes na adolescência encontram-se influenciadas pela combinação de 3 fatores: as tendências antissociais, as consequências nefastas da rejeição dos pares e a ligação a grupos de pares desviantes (Quade, 2011). As crianças ou jovens rejeitados e agressivos têm uma maior probabilidade do que os outros de virem a pertencer a grupos de pares desviantes.

A escola ocupa uma posição centrada na vida do adolescente, permitindo-lhe estabelecer elos sociais, proporcionando-lhe um processo de socialização adequado e permitindo vivência de várias experiências. Assim, decorrente da pesquisa bibliográfica, pôde-se apurar que os fatores escolares podem influenciar a conduta do jovem. Uma vez que, as dificuldades de adaptação ao meio escolar, as dificuldades de aprendizagem ou o absentismo constituem um forte indicador relativamente à possibilidade do jovem adotar um comportamento desviante. O jovem tem necessidade de se sentir incluído no sistema para perceber que os outros se preocupam com ele.

Por outro lado, inúmeros fatores de risco surgem no seio da comunidade, trazidos por características socioculturais, potencializando a exclusão social e a marginalidade. Assim, Matos, Negreiros, Simões e Gaspar (2009) referem que a exposição a oportunidades de aprendizagem estimulantes, contacto com agentes educativos significativos ou a ocupação estruturada dos tempos livres funcionam como forças neutralizadoras dos fatores escolares e comunitários de risco, predispondo o jovem a um processo de integração social harmonioso.

Por fim, é de salientar que os mesmos fatores de proteção que podem ajudar os adolescentes a não seguirem trajetórias delinquentes ou ajudá-los a sair dessa mesma trajetória, seria beneficiarem de uma boa rede de suporte social e afetivo, assim como de boas relações familiares.

Uma boa rede de suporte social e afetiva, uma boa relação familiar e a total integração em sociedade podem proteger o jovem, dando-lhe capacidades de decidir como agir, dotando-o de competências pessoais e sociais que o ajudem a lidar com situações adversas. Contudo, não só o meio envolvente pode ajudar o jovem a ser mais resiliente.

As suas características individuais, também, podem ajudar, na medida em que as pessoas mais calmas, tranquilas, ponderadas e resilientes têm uma menor probabilidade de cometer delitos.

Estas transgressões à lei, apesar da idade do jovem têm consequências para o mesmo, como tal, iremos abordar e explicá-las no próximo ponto do presente trabalho referente ao enquadramento legal da criança e jovem em risco no nosso país.

2. Enquadramento legal das crianças e jovens em risco em Portugal

2.1. Breve reflexão sobre a lei 147/99

No mundo do direito há muito que as medidas para a proteção de crianças e jovem tem sido uma preocupação central nos direitos dos menores. Desde que a infância foi considerada uma importante etapa de vida, foram criadas inúmeros instrumentos (por exemplo convenção e a declaração dos direitos das crianças) para proteger os menores. Tem havido um enorme esforço, incluindo no nosso país, para se tentar fazer cumprir as medidas de proteção e promoção do desenvolvimento infantil.

A “clássica” lei da organização tutelar de menores (OTM), decreto – lei n.º 314/78 de 27 de Outubro, viu alguns artigos revogados pela lei de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo (lei n.º 147/99) na qual se inscreve a intervenção de vários sectores e serviços nesta matéria, para salvaguardar os direitos dos menores. Obedecendo a uma nova filosofia de intervenção junto deste tipo de população infantil, esta consagra um modelo de proteção que defende uma participação a vários níveis. Num primeiro nível é atribuída a legitimidade às entidades com competência na área infante/juvenil para intervir na promoção dos direitos e na proteção das crianças e dos jovens, em geral, e das que se encontrem em situação de perigo ou risco.

Num segundo nível quando não é possível que as entidades anteriormente referidas possam atuar de forma ajustada para remover a criança do perigo, inicia-se a atuação das comissões de proteção de crianças e jovens em risco. Por fim, dando assim lugar ao terceiro nível de atuação, entra a intervenção judicial, que se pretende residual.

No entanto é da exclusiva competência das Comissões de Proteção e dos tribunais a aplicação de medidas de proteção e promoção a favor dos menores.

A atual lei 147/99, de 1 de Setembro de 1999, remete-nos para o artigo 4º, que nos diz que o principal princípio orientador para a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em risco. Este artigo fala-nos do superior interesse da criança. Para Manata (2008) o superior interesse da criança deve ser entendido como um direito do desenvolvimento são e normal no plano físico, intelectual, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

O Instituto de Apoio à Criança (s.d.) atesta que o superior interesse da criança deve ser uma consideração fundamental, sempre que uma decisão administrativa ou judicial se revele essencial, no sentido de assegurar ao menor um bem-estar a todos os níveis.

A lei 147/99, de 1 de Setembro, de proteção de crianças e jovens em risco remete-nos, ainda, para conceitos legais como o “superior interesse da criança”. É complicado definir este conceito uma vez que este não é estático (está em constante desenvolvimento e em progresso) e está dependente da sociedade. Este deve ser analisado consoante a época e as necessidades da mesma. Pois, muitas vezes trata-se de uma noção cultural ligada à época vigente e que deve ter como referência a sociedade, o menor, as suas necessidades, as condições adequadas ao seu bom desenvolvimento e ao seu bem-estar material e moral.

O superior interesse da criança deve ser entendido como todas as medidas que levem a cabo a preservação dos direitos da criança nos que diz respeito ao seu bem-estar físico, psicológico, económico e à sua dignidade e liberdade enquanto cidadão.

Assim, podemos constatar que o conceito “superior interesse da criança” nos remete para o bem-estar total do menor e se existirem factos que objetivamente comprovem que os pais ou as pessoas responsáveis estão a pôr em perigo a vida, a saúde física ou mental das crianças/jovens, não restam dúvidas de que para o bem-estar da criança e para servir o seu interesse, os menores devem ser retirados do agregado familiar. Porém, nunca esquecendo que a lei 147/99, de 1 de Setembro, prevê que, sempre possível, a criança deve manter-se com a família biológica. Contudo, se estes estão a prejudicá-la ou a pô-las em situação de perigo, deve-se arranjar uma medida que permita ao menor ter um desenvolvimento normal.

O processo de crescimento e de desenvolvimento das crianças não pára e, como tal, as intervenções para a defesa do superior interesse devem ser de carácter urgente. Daí, e como refere Manata (2008), os processos de promoção e proteção tenham um carácter urgente e muitas das intervenções têm de ser tomadas imediatamente. Pois, se se considerar que o bem-estar da criança está ameaçado, deve atuar-se de forma instantânea.

Para além da lei 147/99, de 1 de Setembro, existem em Portugal outras leis que delimitam a atuação com os menores, são igualmente importantes uma vez que, estas legislam o estatuto especial para os menores dos 16 aos 21 anos.

Assim, segundo Abreu, Sá & Ramos (2010) a aprovação da lei 147/99 e da lei 166/99 representa a diferenciação no tratamento de situações de menores “em perigo” (vítimas), abrangendo também as situações de “para ou pré – delinquência”, como prostituição, consumo de estupefacientes, etc., e de menores cujos atos consubstanciaram ilícitos penais (menores delinquentes).

Será objeto de análise o sistema penal aplicável a menores infratores no próximo ponto do presente trabalho.

2.2. O regime especial para jovens dos 16 aos 21 anos e a Lei tutelar Educativa

O sistema penal para os jovens, também, tem vindo a mudar. O aparecimento da Lei n.º 24/82, de 23 de Agosto e do Decreto-Lei n.º 401/82, de 23 de Setembro, é aplicável a jovens com idade entre os 16 e os 21 anos e tem como objetivo aplicar penas de acordo com os delitos cometidos, pois apesar da idade dos jovens, estes são considerados imputáveis e, como tal, a pena será adequada à sua idade, com a finalidade de sensibilizar o jovem para o erro cometido. Rosado (2004) afirma que a partir dos 16 anos já se é maior aos olhos da lei. Esta disposição legal atende a fatores como a idade do jovem e a personalidade, para que no futuro este seja capaz de se reintegrar em totalidade na sociedade. Contudo, no caso de perturbação durante o processo de desenvolvimento do jovem com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos se manifestar pela experiência de um facto qualificado por lei como crime, a intervenção processa-se nos termos da lei tutelar educativa (LTE). A intervenção tutelar educativa pressupõe a verificação de requisitos como a existência de uma ofensa a bens jurídicos essenciais da comunidade, evidenciada na prática de um crime, a necessidade do jovem ser educado para o direito e ter a idade mínima de 12 anos.

Abreu, Sá & Ramos (2010) referem que apesar de a intervenção educativa não visar os mesmos fins penais, a similitude entre os procedimentos é elevada, pelas restrições que ambos infligem aos direitos fundamentais do menor, especificamente afetando a sua liberdade.

Segundo o art.º 1, da LTE, a intervenção educativa tem como objetivo a educação do menor para o direito e a sua inclusão, de forma digna e responsável, na vida em comunidade.

Teixeira (2008) refere que, de acordo com a perspetiva legal, o conceito de delinquência surge associado à situação de imputabilidade criminal dos menores, ou seja, de acordo com o Código Penal no seu art.º 19º. “ Indivíduos com idade inferior a 16

anos não podem ser julgados criminalmente. Contudo, conforme a LTE (Lei nº 166/99, de 14 de Setembro) aplica-se a todos os jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos de idade, que pratique um facto qualificado pela lei como crime e apresente necessidades de educação para o direito.

Embora o regime jurídico diferencie crianças em perigo de jovens autores da prática de factos qualificados pela lei penal como crime, existem pontes de ligação entre a Lei Tutelar Educativa e a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99, de 1 de Setembro).

É o Ministério Público que assegura essa ligação cabendo-lhe, em qualquer fase do processo tutelar educativo, participar às entidades competentes a situação do jovem que careça de proteção social e requerer a aplicação de medidas de proteção (artigo 43.º, n.º 1, da LTE).

A nível legal o menor delinquente é todo o indivíduo sujeito à jurisdição do tribunal de menores, ou seja, é todo o jovem que praticou um acontecimento ilícito depois dos 12 anos e antes dos 16 anos, jovem este a quem será aplicada uma medida tutelar educativa (Sampaio, 2010). Assim, aos menores apenas podem ser aplicadas medidas tutelares, não penais, tendo como objetivo a proteção e a educação do jovem.

O objetivo da aplicação da LTE é educar o menor para o direito. Ou seja, é instruir o jovem para que o seu desenvolvimento ocorra de forma harmoniosa, estando integrado socialmente, agindo de forma responsável enquanto cidadão e pessoa. Permitindo-lhe, assim, uma convivência social dotada de valores essenciais para a vida em sociedade.

Por fim, é relevante referir que a LTE abarca na sua constituição todo um conjunto de normas que dizem respeito ao processo judicial e à execução das medidas tutelares. Medidas estas que podem ser ou não institucionais, mas que têm por base princípios orientadores de intervenção que permite uma melhor relação entre técnico e o menor, para que este último tenha confiança nos técnicos, conheça os seus direitos e participe de forma ativa no seu processo. E para que no final a intervenção desenvolvida tenha sido eficaz e possibilite ao menor uma melhor integração na sociedade, reprimindo a reincidência criminal do mesmo.

De forma a modificar as condutas desviantes dos menores infratores, iremos refletir sobre as leis que regulam os centros educativos em Portugal no próximo ponto do trabalho, com o objetivo de perceber o seu funcionamento interno.

2.3. Lei que regula os centros educativos

Conforme o art.º 4º. da Lei Tutelar Educativa, são aplicáveis aos menores infratores medidas de diferente gravidade, a menos severa das quais é uma amoestação

e a mais severa é o internamento em centros educativos, podendo depois esta ser aplicada em vários regimes de internamento.

Os centros educativos encontram-se ao abrigo de várias leis, para além da lei tutelar educativa e da lei 147/99, de 1 de Setembro, existem outras leis que certificam o bom funcionamento destes estabelecimentos. Apesar destas medidas terem um caráter punitivo, por algum ato ilícito que o menor tenha cometido, esta deve constituir o último recurso para o caso. Contudo, a intervenção em centros educativos visa proporcionar ao menor, por via do afastamento temporário do seu meio habitual e da utilização de programas pedagógicos, a interiorização de valores que lhes permitam, no futuro, ser um cidadão responsável e capaz de viver em sociedade (art.1º., Decreto-lei 323-D/2000).

O Decreto – lei 323-D/2000, de 20 de Dezembro de 2000, e o Decreto – lei 323 – E/2000, da mesma data, são as leis que orientam o funcionamento dos centros educativos e explicitam todo o tipo de normas e procedimentos que estes têm de levar a cabo.

Assim, o centro educativo deve proceder a uma intervenção individual junto de cada menor, criando para este um projeto de intervenção educativa que deve conter, sempre que possível, os objetivos e as metas a atingir pelo menor, de forma faseada e ajustável ao processo (art.º 17º., Decreto – lei 323-D/2000).

Ainda, segundo o decreto de lei de 20 de Dezembro de 2000, o art.º 21º diz que cada menor deve possuir um projeto educativo pessoal, e este deve ser estruturado segundo o art. 164.º da LTE, que refere que para cada menor em execução de medida tutelar de internamento é elaborado um projeto educativo pessoal, no prazo de 30 dias após a sua admissão, tendo em conta o regime e duração da medida, bem como as suas particulares motivações, necessidades educativas e de reinserção social. Este projeto educativo pessoal deve especificar os objetivos a alcançar durante o tratamento, sua duração, fases, prazos e meios de realização, nomeadamente os necessários ao acompanhamento psicológico, para que o menor possa facilmente aperceber-se da sua evolução e para que o centro possa avaliá-lo. O projeto educativo pessoal deve ser enviado obrigatoriamente ao tribunal para homologação, no prazo máximo de 45 dias a contar da admissão do menor no centro. Ainda, segundo o art. 21.º do Decreto-lei 323-D/2000 a participação do menor na preparação e avaliação do seu projeto educativo é essencial e deve ser incentivada, para que este se sinta integrado e empenhado na execução do mesmo.

Cada menor deve ter um processo individual, onde conste todas as informações desde a sua chegada até ao fim da medida. (art.º 24.º, Decreto – lei 323-D/2000). Este deve permanecer atualizado e organizado. Este documento é único para cada menor e deve sempre acompanhá-lo ao longo da permanência na instituição ou em caso de

transferência, devendo neste caso conter uma síntese da evolução do seu processo educativo e da situação judicial. O acesso a este processo é reservado às entidades e pessoas previstas na lei, contudo o juiz pode restringir o acesso ao mesmo se a intimidade e privacidade do educando estiver posta em causa.

O art.º 149.º da lei 147/99, de 1 de Setembro, diz-nos que compete aos serviços de reinserção social definir para que centro educativo vai o menor cumprir a medida de internamento e, ainda, decorrente da mesma lei no seu artigo 150.º está patente que esta decisão tem de ser tomada num prazo de três dias a contar do trânsito em julgado da sentença. O tribunal remete aos serviços de reinserção social todos os documentos necessários para execução da medida, designadamente o relatório social, relatórios relativos à perícia sobre a personalidade e os exames psicológicos. Para a aplicação desta medida os serviços de reinserção social devem ter em conta as necessidades educativas do menor e, sempre que possível, propor uma instituição próxima da área de residência do mesmo.

Está incluído no Decreto-lei n.º 323-D/2000, art.º 18.º que todos os centros educativos devem possuir um regulamento interno, que vise garantir a convivência tranquila e ordenada, assegurar a realização do projeto de intervenção educativo, assim como, o programa de atividades. É obrigatório que cada centro educativo possua este documento e que o mesmo contenha, de forma explícita, todas as normas, regras e horário de funcionamento do mesmo.

Ainda referente ao Decreto – lei citado anteriormente, cada centro educativo deve possuir atividades formativas obrigatórias (art.º 26.º) no âmbito de programas educativos e terapêuticos, este deve possuir um programa de formação escolar (art.º 27.º) que vise, de acordo com as regras estabelecidas pelo Ministério da Educação, dotar os educandos de competências escolares básicas que lhes permitam prosseguir os estudos ou a inserção na vida ativa, quando sair da instituição. Os centros educativos devem, ainda, possuir um programa de animação sócio-cultural e desportivo (art.º 28.º) e programas de orientação vocacional e de formação profissional (art.º 29.º), sempre com vista à preparação do menor para a vida ativa e para sua reinserção na sociedade.

Por fim, convém referir que está, também, previsto pela lei as visitas ao menor aquando do cumprimento da sua medida de internamento em centros educativos, segundo o artigo 38.º do Decreto- lei 323 – D/2000 as visitas dos pais ou representantes legais são autorizadas pelo diretor do centro educativo, salvo se as pessoas em questão estiverem proibidas pelo tribunal ou se o menor se opuser à mesma, os dias das visitas devem estar estabelecidos no regulamento interno do centro.

Os centros educativos estão sujeitos a uma fiscalização permanente, levada a cabo por uma comissão independente constituída por dois representantes da Assembleia

da República, um representante do Governo, um representante do Conselho Superior de Magistratura, um representante do Conselho Superior do Ministério Público e dois representantes de organizações não-governamentais de apoio à criança (Abreu, Sá e Ramos, 2010).

Todo enquadramento legal que orienta o funcionamento dos centros educativos é essencial, na medida em que assim será prestada uma melhor intervenção ao menor, direcionada para atender e entender as suas necessidades, sejam educativas sejam pessoais, de forma a que o ato cometido e que o levou ao cumprimento de uma medida de internamento não seja repetido, mas que não seja um impedimento para a sua reinserção na sociedade.

Através desta disposição legal permite-nos perceber melhor como funcionam e se organizam os centros educativos, de forma a avaliar se as medidas de internamento e a intervenção em si são uma mais-valia para o menor.

Seguidamente, e depois de percebermos como se organizam estes estabelecimentos que pertencem à direção geral de reinserção social, iremos abordar as em concreto as modalidades de internamento a que os menores estão sujeitos.

3. Centros educativos: modalidades de internamento

Segundo a LTE e as diretrizes do Instituto Português de Reinserção Social, os centros educativos são estabelecimentos orgânicos e hierarquicamente dependentes dos serviços de reinserção social.

A intervenção em centro educativo obedece a um regulamento geral e a orientações pedagógicas estabelecidas para todos os centros educativos, com vista à realização uniforme dos princípios fixados na lei em matéria tutelar educativa. Dentro dos limites referidos no artigo 143º, da LTE, a intervenção orienta-se, em geral, pelo projeto de intervenção educativa do centro e, em especial, pelo projeto educativo pessoal do menor.

Segundo os artigos 167º, 168º e 169º da LTE, de Setembro de 1999, a execução de uma medida tutelar de internamento pode ocorrer em regime aberto, semiaberto ou fechado.

O Regime Aberto é aplicável no caso de o jovem ter cometido factos qualificados como crimes pouco graves, sendo a duração mínima da medida de 3 meses e máxima de 2 anos.

Neste regime os jovens residem no Centro Educativo, mas frequentam, preferencialmente no exterior, as atividades formativas e socioeducativas. Podem sair sem acompanhamento e passar fins-de-semana e férias com os progenitores, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto.

O Regime Semiaberto é aplicável no caso de o jovem ter cometido factos qualificados como crimes com maior gravidade, sendo os limites de duração da medida iguais aos do regime aberto.

Neste regime, os jovens residem no Centro Educativo e frequentam as atividades formativas e socioeducativas no interior daquele. Apenas podem passar férias com os progenitores, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto.

O Regime Fechado é aplicável no caso de o jovem ter cometido factos qualificados como crimes muito graves e ter idade superior a 14 anos, sendo a duração mínima da medida de 6 meses e máxima de 3 anos.

Neste regime os jovens residem e frequentam as atividades formativas e socioeducativas no Centro, estando as saídas, sempre sob acompanhamento, estritamente limitadas ao cumprimento de obrigações judiciais, à satisfação de necessidades de saúde ou a outros motivos excecionais

A verificação da medida de internamento é revista obrigatoriamente sempre que seja necessário averiguar se a intervenção ou aplicação da mesma está a surtir o efeito esperado (Abreu, Sá & Ramos, 2010). Os mesmos autores referem, ainda, que relativamente à medida de internamento em centros educativos esta não pode ser vulgarizada, pelas consequências negativas que este pode ter nos educandos mas, também, pela degradação da sua eficácia.

Strech (2003) defende que é preciso cautela na atribuição destas medidas, uma vez que enviar mais cedo os menores para estabelecimentos prisionais é liquidar mais precocemente as hipóteses de reinserção social vindoura.

Para que todo este processo para o jovem seja verdadeiramente reparador e reconstrutivo nos aspetos psicossociais que estiveram na origem do internamento, é necessário que as equipas técnicas que intervêm com o menor sejam habilitadas para o efeito, como iremos ver no próximo ponto deste trabalho.

3.1. Importância das equipas multidisciplinares na intervenção (enfoque para o papel do técnico superior de educação social)

Resultante da análise dos documentos legais que regulamentam o funcionamento dos centros educativos é possível apurar que existe uma vasta equipa técnica a trabalhar no processo educativo e pessoal dos menores.

É de realçar que em todos os casos as equipas são multidisciplinares, abarcando assim, um vasto leque de técnicos e profissionais que possibilitará agir com uma maior abrangência de conhecimentos. Ao haver mais diversidade formativa e, por conseguinte, mais variedade de metodologias profissionais, faz com que a ação seja

mais eficaz, mais ampla, conseguindo dar respostas mais concisas às necessidades da criança ou menor.

Apesar de todos os técnicos inseridos nas equipas serem importantes para a intervenção com o jovem, será feita uma incidência no papel do técnico superior de educação social, uma vez que é a profissão que possuímos.

A intervenção do Técnico Superior de Educação Social nos centros educativos é uma mais-valia, pois através da sua formação específica, promove o desenvolvimento pessoal e social dos menores, utilizando técnicas ou métodos pedagógicos, próprios da educação não-formal.

Este profissional pode planificar atividades ou ações, sempre com caráter educativo, de forma a tornar melhor a vida da criança ou do jovem. É, ainda, do domínio deste profissional social ajudar a criança ou jovem a adaptar-se a esta nova fase de vida, pois este vai tomar contacto com uma nova realidade e será necessário que este adquira competências pessoais e sociais para lidar com este processo. Para que este período de tempo seja apenas uma fase da vida do jovem e que no futuro não ponha em causa a sua integração na sociedade. Pode, assim, o educador social trabalhar as competências pessoais do menor, ajudando-o a trabalhar a autoestima, a sua imagem e a comunicação com os outros.

O profissional de educação social é um agente de intervenção socioeducativa que atua com os sujeitos e com a comunidade, no sentido de potenciar o seu desenvolvimento e transformação. A principal tarefa do educador social é prevenir e intervir em situações de risco ou de desvio, de forma a potencializar mudanças qualitativas (Canastra, 2009). Este profissional social atua em múltiplos contextos, trabalhando seja com as famílias, seja com os jovens em risco (Almeida & Fernandes, 2011).

Os mesmos autores afirmam que a intervenção de um educador social em contexto de institucionalização pode ser abordada de forma dupla, ou seja, por um lado intervindo com os menores (no âmbito das questões sociais e na aquisição de mecanismos de estimulação e compensação das dificuldades ou conflitos) e por outro com famílias, beneficiando o trabalho de integração dos pais junto da criança ou jovem, ajudando na aquisição de competências parentais, de organização doméstica e na reorganização dos papéis entre os membros da família. Este profissional social deve intervir ao nível do potenciamento de recursos pessoais, deve potenciar e estimular o desenvolvimento e o uso desses recursos, assim como, facilitar o acesso aos mesmos. Seja com as famílias, seja com os menores, o educador social deve facilitar e possibilitar o crescimento pessoal e comunitário do grupo com que está a trabalhar, deve tentar inserir o destinatário da sua ação na sociedade próxima, deve facilitar a aquisição de convivência e competências

sociais. Sendo um agente de mudança, este profissional deve adotar estratégias de intervenção com intuito de combater os problemas de desequilíbrio social, desenvolvendo um sentido crítico e ajustado face às situações sociais com que se depara.

Este profissional social veio introduzir uma perspetiva educativa no âmbito do trabalho social. Pois, este profissional está vocacionado para uma intervenção que procura dar respostas às necessidades reais dos sujeitos alvo do seu trabalho, promovendo sempre a capacidade de decisão e a participação do indivíduo.

O educador social tem um triplo papel, é ator, educador e mediador social, que decorre do seu estatuto de ser humano implicado na complexa vida social, da sua função de apresentar projetos de vida alternativos, em que o outro tem liberdade de opção (Almeida & Fernandes, 2010). O facto que lhe confere o papel de mediador do processo, deve-se à duplicidade de atuação, por um lado distanciamento face ao problema e por outro de empreendedorismo e gestão criativa da situação. Este profissional social deve gerir o equilíbrio da situação, para que os destinatários da intervenção consigam encontrar o seu caminho (Mateus, 2012).

Sendo um profissional que trabalha diretamente com as pessoas, deve ter capacidades e competências que lhe permita lidar com situações extremas, potenciando sempre o bem-estar do utente. Segundo Carvalho & Baptista (2004) cabe a este especialmente estar atento e saber escutar, desenvolvendo situações de encontro e de proximidade benéficas à emergência de respostas pessoais por parte dos educandos, que devem ser os protagonistas da ação.

“O educador social deve educar para a comunidade, na comunidade e com a comunidade” (Almeida & Fernandes, 2010). Este pela versatilidade da sua formação pode atuar em vários contextos que impliquem processos de prevenção, promoção ou reinserção social.

No caso concreto do educador social inserido em equipas técnicas nos centros educativos, este desenvolve uma intervenção educativa dirigida ao menor e relacionada com vários aspetos do seu quotidiano e no âmbito da socialização do menor, bem como na orientação, informação e na assessoria do menor e da família, designadamente no acesso a recursos jurídicos, médicos ou psicológicos.

O trabalho desenvolvido na área da organização interna do dia-a-dia da instituição é, também, fundamental para potencializar o desenvolvimento pessoal da criança/jovem.

Toda a intervenção do educador social no centro educativo deve partir da máxima que o menor é capaz, autónomo e o principal interveniente no seu projeto de vida. Este profissional deve planear uma intervenção com estes jovens de forma a capacitá-lo e dotá-lo de competências pessoais e sociais, não só para que este consiga lidar com a situação do cumprimento de uma medida de internamento mas, também, para que

quando abandonar a instituição se conseguia integrar na sociedade. Este deve, ainda, estar preparado para poder se inserir profissionalmente no mercado de trabalho e conseguir gerir a sua vida. Ou seja, devem ser fornecidas competências ao menor para que este se possa envolver, tomar iniciativas e participar nas suas escolhas sempre de forma ativa.

O trabalho do educador social deve ser bem diagnosticado e planeado de forma, a que suas ações tenham o resultado esperado e consiga mudar quem beneficia dele. Estas ações devem incluir várias atividades de expressão artística, de lazer, culturais e desportivas.

Gohn (2009) refere que o educador social através da educação não-formal, assente na pedagogia social, pode ajudar na formação e construção da cidadania nos menores e este possibilita os processos de inclusão social no resgate da riqueza cultural dos mesmos, expresso na diversidade de práticas, valores e experiências anteriores.

Roman, Petrus e Trilla (2003, cit. por Almeida & Fernandes, 2010) dizem, assim, que o trabalho deste profissional social deve abranger 4 eixos fundamentais: deteção e análise das necessidades e problemáticas; intervenção educativa, de acordo com as características de cada caso; encaminhamento dos casos para outros profissionais, no sentido de dinamizar o trabalho multidisciplinar e de equipa; gestão da atividade educativa de forma personalizada ou ao nível da instituição.

Os objetivos de ação de um Técnico Superior de Educação Social são muito vastos e estão intrinsecamente interligados com as necessidades do menor. Este processo deve ser o mais individualizado possível, Roberts (2011) diz que o projeto educativo especializado em cada jovem, permite uma maior preocupação na evolução da criança ou jovem e tem a finalidade de facilitar, favorecer o seu desenvolvimento e alargar oportunidades.

É de salientar que a intervenção do educador social é fundamental na medida em que este faz uso de experiências já vividas pelo indivíduo com quem trabalha, de forma a tirar partido e potencializar essas aprendizagens.

Todo este processo irá, como abordaremos mais à frente, ajudar tanto na integração do menor na instituição como ajudá-lo quando sair da mesma e integrar-se em sociedade.

3.2. A integração na instituição vs a reinserção na sociedade

A integração na instituição é extremamente importante, pois o menor vê-se retirado do seu meio natural de vida. Para Martins (2012) o acolhimento institucional não pode limitar-se à satisfação de necessidades relacionadas com a alimentação, educação escolar ou cuidados de saúde.

Como prevê o art.º 38 do Decreto – lei 323 – D/2000 a vida nos centros educativos deve, tanto quanto possível, ter uma proximidade à vida social comum e minimizar os efeitos negativos que o internamento possa implicar para o menor ou para os seus familiares. Esta deve favorecer o contacto com a família e amigos, assim como contar com a participação de entidades públicas ou privadas no processo educativo e de reinserção social.

O acolhimento do educando é um momento decisivo para a sua adaptação ao internamento, devendo ser-lhe proporcionado um ambiente de empatia e de ajuda, que o auxiliem a compreender o significado da decisão da aplicação da medida (art.º 53.º, Drecreto – lei 323 – D/2000).

Segundo Marteleira (2004) o processo de internamento de menores em estabelecimento como os centros educativos passa por três fases: o estabelecimento da relação (que envolve o acolhimento do menor, o primeiro contacto, a definição de regras a cumprir); a fase de intervenção, onde se definem as estratégias de modificação do comportamento; e por último a fase de preparação para a saída, a preparação do menor para o confronto com a realidade exterior.

Martins (2012) diz que a intervenção com crianças ou jovens institucionalizados implica o desenvolvimento de relações estáveis e de qualidade com os adultos e com os outros jovens, favorecendo o sentimento de segurança, a construção de novos modelos de relação e o desenvolvimento e aquisição de competências.

Após a tomada de decisão que o jovem irá cumprir uma medida de internamento, começa a ser trabalhado com o menor não só a sua permanência na instituição mas, também, a sua reinserção na sociedade.

Assim, todo o processo de intervenção com o menor passa por promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, consciencializar o jovem para a importância de ter um projeto futuro de vida, tornar possível a saída do jovem da instituição, capacitá-lo para uma vida ativa, desenvolver parcerias de reintegração do jovem no contexto extra centro-educativo, criar espaços de aprendizagem (profissional, gestão doméstica e pessoal e utilização de recursos comunitários) e ter projetos educativos e terapêuticos.

A preparação dos jovens para a vida ativa torna-se uma tarefa decisiva e fundamental para inverter um percurso de vida tendencialmente negativo. Desta forma, a institucionalização tem de adotar uma vertente multidisciplinar (terapêutica, formativa e educativa) de modo, a conseguir propiciar uma nova forma de estar e de sentir aos jovens (Carvalho, 1999). O internamento em centros educativos por si só não garante uma efetiva reinserção social, pois pode ao contrário do esperado estereotipar e estigmatizar o jovem na sua inserção futura na vida social. Para Paiva (2012) a qualidade

da oferta dos serviços prestados a este público infantil precisa responder às exigências colocadas por cada menor, de forma a construir com estes competências que lhe possibilitem enfrentar situações de exclusão e construir trajetórias de cidadania ativa.

Neste sentido, a reinserção social deve assumir-se antes de mais com um carácter preventivo, no sentido de se agir no início do problema, tendo por base uma abordagem integrada de combate à delinquência, com apoio no respeito e defesa da dignidade e liberdade humana, e no respeito pela diferença (Reis, 2007).

Toda a estada do menor no centro educativo deve ser planeada para que a sua autonomização seja possível quando este terminar o cumprimento da medida de internamento, como iremos ver no próximo ponto do trabalho.

3.3. A autonomização do menor e a saída da instituição

A institucionalização deverá ser entendida como uma resposta transitória adequada a cada caso, cujo o objetivo final seja a rápida reintegração familiar e social (Pires, 2011). Este processo pode ter uma série de fatores associados que não podem ser ignorados ou analisados de forma linear (Almeidas & Fernandes, 2010).

O importante é que a instituição consiga promover ao menor instrumentos que o ajudem no seu desenvolvimento, a tornar-se autónomo e competente, para que a sua reintegração social ou familiar seja mais fácil. A intervenção com cada criança ou jovem deve ser bem planeada, adequada e, para tal, é extremamente importante a definição de um projeto de vida para os menores. Este vai ajudar a criança no presente e no futuro, guiando-o e criando-lhe objetivos de vida.

É essencial que o menor participe no seu processo educativo, tomando decisões e fazendo escolhas, pois só assim poderá adquirir métodos e confiança em si próprio, preparando a saída da instituição.

A autonomia deve ser trabalhada através do desenvolvimento de um plano individual de autonomia que enfatiza a luta pela independência, a necessidade de apoio e proteção, pondo os técnicos no papel de agentes facilitadores do processo. Os intervenientes no processo educativo do menor devem fomentar a participação ativa do menor e não tomar as decisões por ele.

Sempre que possível, o plano formativo e vocacional dos centros educativos deve abranger áreas de interesse profissional para os menores, de forma a que este quando sair da instituição consiga constituir família e arranjar emprego. Pois, porque segundo Pires (2011) após a saída da instituição, são estes jovens os mais propensos ao desemprego, à paternidade precoce e à precariedade económica.

A atual ministra da justiça assegurou num discurso lido pelo diretor da reinserção social, Rui Sá Gomes, no III Congresso Internacional de Delinquência Juvenil, em Lisboa,

numa notícia publicada pelo Diário de notícias, a 20 de Novembro de 2012, que os centros educativos devem intensificar a preparação dos jovens para o mercado de trabalho, celebrando protocolos com empresas em áreas de formação e integração profissional.

Os jovens em fim de medida de internamento devem ser alvo de “intervenções complementares de continuidade” que garantam “maior consistência à articulação com as famílias e ao seu regresso à comunidade”, defendeu a ministra.

Para Paula Teixeira da Cruz, “a reintegração do jovem agressor é determinante e o Estado não pode eximir-se de responsabilidade na criação de um plano de vida para estes menores”.

CAPÍTULO II – PLANO DE INVESTIGAÇÃO

1. Introdução

Segundo Phillips & Pugh (1998) a investigação destina-se a reorientar a nossa forma de pensar, faz-nos questionar o que pensamos e a focar novos aspetos da realidade que já temos adquirido. Samagaio (2006) diz-nos que a investigação é uma atividade humana orientada para a descoberta da verdade e possibilita o contacto com diversas realidades sociais.

O presente estudo empírico irá debruçar-se sobre a compreensão do fenómeno da delinquência juvenil, associado ao cumprimento de medidas tutelares educativas, nomeadamente na intervenção levada a cabo durante o cumprimento de medidas de internamento em centro educativos, bem como a visão que os técnicos têm do impacto da sua intervenção.

A pertinência do estudo deriva do facto de os técnicos serem figuras importantes na mudança de conduta do menor e, como tal, a intervenção deve ser bem definida e estruturada sendo conveniente que os membros das equipas técnicas que lidam com os menores percebam a importância do trabalho que desempenham.

Trata-se de uma investigação qualitativa, pois segundo Caregnato e Mutti (2006) a investigação segundo esta metodologia tem como foco a compreensão mais aprofundada dos problemas, investigar o que está na origem de alguns comportamentos, atitudes e convicções.

De acordo com a finalidade do presente estudo, pareceu apropriado recorrer a uma metodologia de investigação de natureza qualitativa, por esta enfatizar, segundo Bogdan e Biklen (1994) a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais.

A investigação qualitativa, é rica em narrações realizadas pelos próprios sujeitos, ou seja, o sujeito quando questionado tem a possibilidade de expressar as suas ideias e vivências. Assim, Hérbert, Goyette e Boutin (1994) afirmam que a investigação qualitativa deveria ser multirreferenciada, na medida em que englobaria quadros teóricos de partida com as questões iniciais que marcam o arranque da recolha de dados mas que é passível de ser alterada.

Patton (1980, cit. por Zabalza, 1994) refere que os dados qualitativos consistem em descrições pormenorizadas de situações, acontecimentos, citações diretas de pessoas acerca das suas experiências, atitudes, pensamentos e crenças.

É fundamental para o estudo aferir a percepção que o técnico/profissional tem da intervenção que desenvolve com o menor, e ainda, se estes consideram uma mais-valia a inclusão de um técnico superior de educação social nas equipas. Pois, este profissional acumula no seu currículo profissional uma série de competências que podem ajudar na

intervenção com os menores internados em centros educativos, nomeadamente no treino ou aquisição de competências pessoais e sociais, que serão uma ferramenta necessária para a integração na instituição e na sociedade aquando da saída do centro educativo.

Desta forma, neste capítulo é efetuada uma definição dos objetivos e das questões orientadoras do estudo, uma descrição da amostra, bem como os instrumentos utilizados e os procedimentos realizados para o mesmo, incluindo os pedidos de colaboração dirigidos às entidades institucionais, assim como o procedimento de recolha e tratamento dos dados recolhidos. Esta investigação é relevante não só para produzir um melhor conhecimento sobre a intervenção desenvolvida, como para se compreender a perceção que os técnicos/profissionais têm sobre o impacto da mesma. Porque o conhecimento científico sustenta uma atitude pró – ativa com a finalidade de melhorar a intervenção prestada aos menores, para que de facto esta seja eficaz e faça com que a reincidência criminal não aconteça.

Achamos relevante referir que todo o projeto foi planificado e estruturado, assim foi construído um cronograma (Anexo A) para ajudar na gestão do trabalho, para sintetizar as etapas atingidas mas, também, para delinear o timing da implementação do projeto.

1.1. Questões de estudo e objetivos

Decorrente da análise da literatura, considera-se essencial apurar a perceção que os técnicos/profissionais têm do impacto da sua intervenção enquanto elementos integrantes em equipas técnicas a trabalhar em centros educativos.

Phillips e Pugh (1998) dizem que a investigação vai para além da descrição, requer trabalho de análise, procura de explicações, relações, teorias, debruça-se sobre os “porquês”.

A informação empírica, não só foi acumulada através de uma cuidada e exaustiva revisão da literatura, mas é, também, decorrente dos conhecimentos retirados das unidades curriculares inseridas no plano de estudos do presente mestrado que nos encontramos a realizar. Esta leva-nos a refletir como é essencial perceber a ação das instituições e dos técnicos que se dedicam à ressocialização e à reinserção dos jovens delinquentes.

Decorrente de toda a análise de conhecimentos adquiridos, foram formuladas as seguintes questões de estudo:

- *Qual a perceção dos profissionais em relação ao impacto da sua intervenção com o menor, no cumprimento da medida de internamento? e*
- *Qual a perceção dos profissionais relativamente à intervenção de um técnico superior de educação social nas equipas técnicas dos centros educativos?*

Inerentes às questões de estudo estão os objetivos gerais e específicos das mesmas.

Objetivos gerais:

- Analisar a percepção dos profissionais em relação à intervenção desenvolvida com os menores que cumprem medidas de internamento.
- Compreender a importância da intervenção de um técnico superior de educação social nas equipas técnicas dos centros educativos.

Objetivos específicos:

- Analisar o impacto da intervenção desenvolvida nos centros educativos com os menores em cumprimento de medidas de internamento, através da percepção dos profissionais.
- Identificar o tipo de intervenção desenvolvido durante o internamento.
- Identificar a importância da existência de um técnico superior de educação nas equipas técnicas dos centros educativos, através da percepção dos profissionais.
- Elaborar uma proposta de programa de aquisição de competências para os menores internados.

1.2. População – Amostra

Para a presente investigação foram considerados os profissionais que trabalham nas equipas técnicas dos centros educativos e que intervêm diretamente na reabilitação do menor.

Para a identificação da população foram enviados através de um ofício (Anexo B e C) aos vários diretores dos centros educativos da zona norte e centro do país, concretamente a 4 centros educativos (centro educativo Santo António, centro educativo de Santa Clara, centro educativo dos Olivais e centro educativo do Mondego) com o intuito de oficializar uma possível cedência de alguns documentos institucionais. De forma a perceber como se processa a intervenção, foi requerido aos diretores anteriormente referidos, assim como ao diretor dos serviços centrais da direção geral de reinserção social, o regulamento interno, o projeto de intervenção educativa, o projeto educativo pessoal e o organigrama da instituição. Contudo, não foi possível fazer o levantamento da documentação referida uma vez que, estes serviços são extremamente fechados no que toca à cedência de dados e as respostas conseguidas foram sempre negativas.

Uma vez que o estudo tinha de prosseguir procedeu-se à análise de documentos teóricos onde foi possível apurar que os centros educativos têm de possuir membros indispensáveis para o funcionamento da instituição, como diretor, coordenador e técnicos de reinserção social (Decreto – lei n.º 323 – D/2000).

Decorrente da revisão da literatura, foram assim, selecionados os técnicos que darão origem à amostra do estudo, que serão o diretor e 2 técnicos de reinserção social

que integram as equipas técnicas dos 4 centros educativos anteriormente referidos, num total de 12 sujeitos.

1.3. Instrumento de recolha de dados

1.3.1. Construção do instrumento

De forma, a suportar os dados recolhidos de forma empírica e a levar a cabo a presente investigação, considerou-se oportuno escolher, em função do objetivo do estudo, para a recolha de informação, um instrumento de inquérito, neste caso será mais apropriado o uso da entrevista.

A entrevista é um documento adequado para facultar o acesso às representações de cada sujeito sobre o meio que o envolve. Cunha (2007) diz que este método permite aos inquiridos exprimirem as suas opiniões sobre determinado tema. Tuckman (2005) refere que esta forma de obter respostas é uma estratégia para conseguir uma variedade de perspetivas diferentes sobre o mesmo assunto, uma vez que as respostas refletirão as perceções de cada indivíduo.

Cunha (2007) recorre a Ruivo (1990) para salientar que a entrevista é um processo que possibilita a cada individuo a oportunidade de exprimir crenças e vivências, satisfazendo em simultâneo os quadros de referência do entrevistador.

Esteves (2008) refere que a entrevista é um ato de conversação intencional e orientado. Esta deve ter por base a revisão da literatura relevante, possibilitando, assim, a análise de estudos realizados anteriormente.

Este instrumento de recolha de dados, por exemplo quando comparado com o questionário, dá uma maior oportunidade de aprofundar os temas em análise, pois há sempre retorno por parte do entrevistado.

No que diz respeito à estruturação das entrevistas qualitativas, Bogdan e Bicklen (1994) dizem que estas podem ser estruturadas ou semiestruturadas.

No caso do presente estudo foi escolhida a entrevista semiestruturada porque facilita, de certa forma, a ação do entrevistador, pois este pode conceber o guião previamente, estruturando questões e tópicos de acordo com os objetivos da entrevista, e assim preparar-se para a mesma.

Para tal, procedeu-se à construção de um guião de entrevista semiestruturada para o diretor (Anexo D) e para os técnicos de reinserção social que exercem funções em centros educativos (Anexo E).

Este guião foi concebido a partir de objetivos específicos, que serão referidos mais à frente no presente texto e as perguntas construídas com intuito de avaliar a perceção que os técnicos têm em relação ao impacto da sua intervenção com os menores e a

importância que podia ter a presença de um técnico superior de educação social nas equipas técnicas dos centros educativos.

Especificamente as questões têm o objetivo de analisar a constituição das equipas/profissionais que intervêm com o menor, perceber se as equipas têm os técnicos necessários para a uma intervenção eficaz do menor, avaliar se o profissional/técnico tem a perceção do impacto que tem ao intervir com o menor, compreender como é estruturada a intervenção com o menor durante o cumprimento da medida de internamento, conhecer os projetos internos que ajudam a orientar a intervenção com o menor, perceber que atividades são desenvolvidas para enriquecer o menor, analisar a importância que um educador social pode ter nas equipas técnicas dos centros educativos, apurar que tipo de intervenção poderia levar a cabo e averiguar se um educador social seria útil na intervenção com o menor.

Nas entrevistas a realizar de forma a reter todas as respostas dadas pelo entrevistado irá recorrer-se à forma de anotação manual, possibilitando ao entrevistador não só o apontamento do que foi comunicado verbalmente mas, também, anotando aspetos da comunicação não-verbal efetuada pela observação. Esta é uma das potencialidades do uso de guiões aquando da execução da entrevista, pois possibilita ao entrevistador minimizar o tempo de anotação, durante a mesma.

Contudo, como os organismos contactados são muito rígidos em termos de confidencialidade e de transmissão de dados, os guiões de entrevista foram construídos de forma a poderem ser enviados via e-mail, respondidos pelo entrevistado, de forma não presencial.

Em função destes objetivos as questões foram construídas por grupos de forma a aferir melhor as informações pretendidas. Numa primeira fase da entrevista no que diz respeito ao levantamento dos técnicos das equipas técnicas as perguntas construídas propõem-se a satisfazer os objetivos de analisar a constituição das equipas/profissionais que intervêm com o menor, perceber se as equipas têm os técnicos necessários para a uma intervenção eficaz do menor e avaliar se o profissional/técnico tem a perceção do impacto que tem ao intervir com o menor.

Em seguida, as questões colocadas pretendiam analisar a intervenção desenvolvida com o objetivo de compreender como é estruturada a intervenção com o menor durante o cumprimento da medida de internamento, conhecer os projetos internos que ajudam a orientar a intervenção com o menor e perceber que atividades são desenvolvidas para enriquecer o menor. Por fim, o último grupo de questões diz respeito ao apuramento da importância de um técnico superior de educação social nas equipas.

Assim, todas as questões construídas têm a finalidade de analisar a importância que um educador social pode ter nas equipas técnicas dos centros educativos, apurar

que tipo de intervenção poderia levar a cabo e averiguar se um educador social seria útil na intervenção com o menor.

Convém referir que o guião faz, ainda, referência aos protocolos de apresentação e encerramento da entrevista, pois é necessário que o entrevistado tenha conhecimento de todo o processo que envolve a entrevista, nomeadamente dos objetivos da mesma, das formas de anotação, da disponibilidade de cedência dos resultados e da utilidade que este tem no presente projeto de investigação.

1.3.2. Avaliação do instrumento de recolha de dados

Para avaliação do guião da entrevista semiestruturada foi enviado juntamente com este um questionário (Anexo F) com categorias para avaliar a opinião dos entrevistados relativamente às questões efetuadas, selecionando um número que exprime o grau de adequação das mesmas (de 1 a 5, em que 1 - Nenhuma, 2- Pouca, 3 – Nem muito nem pouco, 4 - Muita e 5 - Elevada). De forma a validar o instrumento de recolha de dados, o entrevistado poderá avaliar o mesmo, no que diz respeito à forma de colocação, à pertinência e clareza das questões ou, ainda, identificar as dificuldades de resposta às mesmas.

Foi construída, também, uma grelha síntese (Anexo G) com os resultados da avaliação do instrumento de recolha de dados.

Os participantes neste teste piloto, de forma a avaliar os guiões de entrevista, são 3 profissionais que já desempenharam funções num centro educativo da zona centro do país.

Uma vez que nenhum centro educativo respondeu à nossa solicitação os sujeitos selecionados caracterizam-se pelo facto de já terem feito parte de um equipa de profissionais que interveio diretamente com menores a cumprir uma medida de internamento em centros e, que atualmente foi transformado num lar especializado.

Através de um contacto formal, foi enviado por e-mail um ofício (Anexo H) para solicitar a colaboração das técnicas já referidas, assim, estabeleceu-se o contacto com as 3 profissionais/técnicas que trabalharam no centro educativo.

Em relação à análise descritiva dos resultados foi possível apurar através do teste piloto que à pergunta n.º 1 (quais os profissionais integrantes das equipas técnicas do centro educativo X que intervêm diretamente com o menor?) 100% dos respondentes disseram que a questão era de elevada compreensão, 75% disseram que nem muito nem pouco em relação a esta referir uma informação desconhecida e 25% não havia nenhuma referência a uma informação desconhecida, 100% disseram que relativamente à clareza/ambiguidade era elevada, 75% disse que a pertinência era elevada e 25% muito pertinente e 100% dos respondentes não tiveram nenhuma dificuldade na resposta.

Relativamente à questão n.º 2 (que tipo de formação possuem os profissionais existentes nas equipas técnicas do centro educativo X?) 100% dos respondentes disseram que em relação à compreensão esta era elevada, 75% disseram que esta fazia referência nem muito nem pouco a uma informação desconhecida e 25% que não referia nenhuma informação desconhecida, 100% dos respondentes disseram que esta era em termos de clareza/ambiguidade era elevada e pertinente e 100% dos respondentes não tiveram nenhuma dificuldade na resposta. À pergunta n.º 3 (considera que o centro educativo possui os técnicos necessários para intervenção com o menor?) 100% dos respondentes disseram que a questão era de elevada compreensão, 100% disseram que esta não fazia nenhuma referência a uma informação desconhecida, 100% classificou a clareza/ambiguidade e a pertinência da questão como elevada e 100% dos respondentes não tiveram nenhuma dificuldade na resposta. Em relação à pergunta n.º 4 (de que forma orienta e supervisiona o trabalho de outros profissionais do centro?) 100% disse que a pergunta em relação à compreensão era elevada, 75% disseram que esta não fazia nem muito nem pouco referência a uma informação desconhecida e 25 % disse que esta não fazia nenhuma referência a informação desconhecida, 100% disseram que esta era elevada relativamente à pertinência e à clareza/ambiguidade e 100% dos respondentes não tiveram nenhuma dificuldade na resposta. Relativamente, à questão n.º 5 (qual a perceção que tem do impacto da sua intervenção com o menor?) 100% dos respondentes revelaram elevada compreensão, 75% disseram que esta não referia nem muito nem pouco uma informação desconhecida e 25% que não fazia nenhuma referência a uma informação desconhecida, 100% disseram que a pertinência e a clareza/ambiguidade era elevada e 75% não tiveram dificuldade nenhuma dificuldade na resposta e 25% tiveram pouca dificuldade. À questão n.º 6 (a intervenção desenvolvida é planeada de acordo com as necessidades do menor? ou é desenvolvida com base no motivo de internamento?) 100% disseram relativamente à compreensão esta era elevada, 75% disseram que esta não referia nem muito nem pouco uma informação desconhecida e 25% que esta não referia nenhuma informação desconhecida, 75% disseram que a pertinência da questão era elevada e 25% que a pertinência não era muito nem pouca, 100% afirmaram que a pergunta relativamente à clareza/ambiguidade era elevada e 100% não tiveram nenhuma dificuldade na resposta. Em relação à pergunta n.º 7 (como é estruturado o projeto de intervenção educativa? Qual o seu objetivo?) 100% dos respondentes disseram que em termos de compreensão era elevada, 100% disseram que esta não fazia nenhuma referência a uma informação desconhecida, 100% disseram que em relação à pertinência era elevada, 100% disseram que esta era muito clara e 100% não tiveram nenhuma dificuldade na resposta. Relativamente à pergunta n.º 8 (em que consiste o projeto educativo pessoal? Qual a sua finalidade?) 100% disse que esta

era de elevada compreensão, 75% disseram esta não fazia nem muito nem pouco referência a uma informação desconhecida e 25% que não referia nenhuma informação desconhecida, 100% referiram que quanto à pertinência e clareza/ambiguidade da questão era esta elevada e 100% não tiveram nenhuma dificuldade na resposta. Em relação à pergunta n.º 9 (o projeto educativo pessoal é um plano individualizado que visa a modificação do comportamento do jovem?) 100% dos respondentes disseram que esta era de elevada compreensão, 75% disseram que esta não fazia nem muito nem pouco referência a uma informação desconhecida e 25% disseram que não referia nenhuma informação desconhecida, 100% disseram que em relação à pertinência esta era elevada, 100% disseram que em relação à clareza/ambiguidade esta era elevada e 100% não teve nenhuma dificuldade na resposta. À pergunta n.º 10 (até que ponto acha que é importante a supervisão dos menores em todas as tarefas, nomeadamente nas zonas residenciais? Porquê?) 100% disse que esta questão era de elevada compreensão, pertinência e clareza/ambiguidade, 100% disseram que esta não fazia nenhuma referência a uma informação desconhecida e os 100% dos respondentes não tiveram nenhuma dificuldade na resposta. Relativamente à pergunta n.º 11 (que atividades são desenvolvidas para dotar o menor de competências pessoais e sociais que permitem a referida reintegração?) 100% referiu que esta era de elevada compreensão, 75% disseram que esta não referia nem muito nem pouco uma informação desconhecida e 25% que não havia nenhuma referência a uma informação desconhecida, em relação à pertinência e à clareza/ambiguidade 100% referiram que era elevada e 100% não tiveram nenhuma dificuldade na resposta. Em relação à questão n.º 12 (inerente às funções do técnico de reinserção social está a assessoria de elevado grau de qualificação. Em que consiste especificamente esta assessoria?) 100% dos respondentes referiu que esta era elevada, 100% disse que esta não fazia nenhuma referência a uma informação desconhecida, 100% referiu que esta era de elevada pertinência e de elevada clareza/ambiguidade e os 100% não tiveram nenhuma dificuldade na resposta. À pergunta n.º 13 (a intervenção desenvolvida durante a medida de internamento permite ao menor uma melhor reintegração na sociedade? em que medida?) 100% referiu que em relação à compreensão esta era elevada, 100% referiu que esta não fazia nenhuma referência a uma informação desconhecida, 100% referiu que esta era de elevada pertinência e clareza/ambiguidade, 75% referiu que não teve nenhuma dificuldade na resposta e 25% pouca dificuldade. Relativamente à questão n.º 14 (acharia importante a inclusão de um técnico superior de educação social nas equipas técnicas? Porquê?) 100% dos respondentes disseram que esta era elevada em relação à compreensão, pertinência e clareza/ambiguidade, 75% disseram que esta não fazia nem muito nem pouco referência a uma informação desconhecida e 25% que não fazia nenhuma

referência a uma informação desconhecida e 100% dos respondentes não tiveram nenhuma dificuldade na resposta. À questão n.º 15 (que tipo de intervenção acha que um educador social pode desenvolver nos centros educativos?) 100% referiram que esta era de elevada compreensão, 75% disseram que esta não fazia nem muito nem pouco referência a uma informação desconhecida e 25% que não fazia nenhuma referência a uma informação desconhecida, 100% referiram que a questão era elevada em relação à pertinência e clareza/ambiguidade e 100% não tiveram nenhuma dificuldade na resposta. Em relação à pergunta n.º 16 (a intervenção de um profissional com as competências de um educador social seria uma mais-valia para o menor? Porquê?) 100% referiram que esta era de elevada compreensão, 75% referiu que a pergunta não fazia nem muito nem pouco referência a uma informação desconhecida e 25% que não fazia referência a nenhuma informação desconhecida, em relação à pertinência 75% referiu que era elevada e 25% nem muito nem pouca, 100% disse que em relação à clareza/ambiguidade era elevada e 100% não tiveram nenhuma dificuldade na resposta.

O teste piloto permitiu-nos ver que as questões na sua maioria estão formuladas de forma clara, que a informação questionada é pertinente e que os respondentes da mesma não tiveram dificuldades na resposta.

Houve algumas referências que a informação questionada era desconhecida, porém uma vez que a amostra escolhida para efetuar o teste piloto já não exerce funções em centros educativos, cremos que esta ao ser colocada a profissionais no ativo na integração das equipas técnicas dos centros faria sentido pois, estes saberiam responder adequadamente.

Com o teste piloto pudemos aferir que o instrumento está bem construído, questiona informação importante e pertinente que nos permitiria aceder a esclarecimentos essenciais para desenvolver o nosso projeto de forma eficaz e adequado à realidade, pelo que não foram feitas alterações ao guião.

Foi tentado novamente o contacto, com os diretores do centro educativos dos Olivais, em Coimbra, e do centro educativo do Mondego, em Coimbra, procedendo-se ao envio do instrumento de recolha de dados porém, não foram obtidas respostas atempadamente.

1.4. Procedimento de recolha de dados

Para se proceder à recolha de dados a primeira decisão foi a seleção dos centros educativos a contactar para efetuar a investigação posposta. Esta escolha recaiu sobre os centros educativos da zona norte e centro do país.

Numa primeira fase foram contactados telefonicamente e via e-mail, os centros educativos do Mondego (Guarda), dos Olivais (Coimbra) e de Santo António (Porto) para

a cedência de documentação essencial para esta investigação, contudo não obtivemos respostas.

A seguir, de forma a tentar apurar quais os membros das equipas técnicas a intervirem em centros educativos, foi contactada uma técnica superior de reinserção social (TSRS) de Viseu, de forma a clarificar um pouco como funcionam os centros educativos e quais os profissionais que neles trabalham. Através de uma entrevista exploratória, quase que informal, foi concluído que os técnicos, apesar das diferentes áreas de formação, essenciais na existência e na organização dos centros educativos são o diretor, o coordenador, técnicos de reinserção social e que raramente existem técnicos de educação social nas equipas. Segundo o decreto-lei n. 323 – D/2000 a composição do conselho pedagógico do centro deve ser constituído pelo diretor do centro, que preside e tem voto de qualidade, o subdiretor ou os subdiretores, o coordenador da equipa técnica e residencial, o coordenador da equipa de programas e técnicos de reinserção social, de saúde e outros.

De seguida, iniciámos o processo de avaliação do guião, depois de levadas a cabo algumas diligências, procedeu-se ao agendamento de entrevistas. Realizou-se um pedido formal, via e-mail à coordenadora, a uma técnica superior de reinserção social e a uma técnica profissional de reinserção do ex-centro educativo, agora lar especializado, para uma possível colaboração no projeto de mestrado. Sendo que o objetivo de contacto com as mesmas era efetivar uma entrevista e realizar um teste piloto de avaliação ao guião da entrevista.

Estas entrevistas não foram possíveis de realizar de forma presencial por uma questão temporal, contudo foi enviado, por e-mail, o guião das entrevistas às técnicas a que estas tão gentilmente responderam.

Contudo, e uma vez, que estas profissionais já não tinham contacto com a realidade dos centros educativos, apenas validaram as entrevistas e não responderam diretamente às questões incluídas nos guiões da entrevista enviados.

No entanto, tentando mais uma vez que os 2 centros educativos da zona centro do país, pertencentes à D.G.R.S. colaborassem com o presente projeto foram, ainda, novamente enviados os mesmos guiões de entrevista semiestruturada para que os diretores, os técnicos superiores e profissionais de reinserção social que exercem funções nesses centros educativos pudessem responder aos mesmos. De forma, a pouparem-se alguns recursos financeiros, e ainda, para não constrangermos os profissionais, optou-se por enviar as referidas entrevistas por e-mail.

Uma vez que não foram obtidas respostas para a continuação do desenvolvimento do projeto iremos fazer o contacto pessoalmente com os centros educativos, de acordo com a data prevista no cronograma, para um possível agendamento das entrevistas.

Depois deste contacto inicial, onde pensamos já deixar um exemplar do projeto para poder ser analisado pelo diretor e restantes equipas, serão realizadas ao diretor, a um TSRS e a um TPRS, uma entrevista tendo como base o guião previamente construído. Para que a análise posterior dos conteúdos seja o mais concisa possível, se não houver oposição por parte dos entrevistados, é nossa intenção proceder à gravação das mesmas.

Depois, da análise de dados a proposta de programa de aquisição de competência que iremos apresentar mais à frente deverá ser ajustada à realidade da população-alvo a que se destina e logo que possível implementada nos centros educativos selecionados. A nossa previsão aponta para que o início da implementação do programa seja de 3 meses após o primeiro contacto com os centros.

1.5. Análise de dados

Para o presente projeto achámos adequado para o tratamento de dados o uso da técnica de análise de conteúdo.

Para Bardin (1977) a análise de conteúdos é uma técnica de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistematizados, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção das mensagens.

Tendo em conta a natureza exploratória do nosso estudo, a análise de conteúdo revelou-se um método adequado para a produção de descoberta a partir dos significados expressos pelos entrevistados.

Segundo Caregnato e Mutti (2006) o processo de tratamento dos dados deve organizar-se por categorias, depois de se identificar os elementos em comum, decorrente das respostas dos entrevistados, permitindo, assim, o seu agrupamento.

Assim, o processo de codificação decorrerá em duas fases distintas: a definição de categorias, criadas à priori e, após, leitura flutuante das respostas a eventual definição de categorias à posteriori.

Efetivamente, na análise de conteúdo categorial impõe-se que todas as unidades de registo sejam codificadas numa dada categoria, exaustividade, e que cada unidade de registo só possa estar contida numa categoria, exclusividade (Vala, 1986).

Assim, em função das questões construídas no instrumento de recolha de dados, foram definidas as seguintes categorias à priori (Anexo I): referente ao domínio da caracterização das equipas técnicas definiu-se como categorias os tipos de técnicos, áreas de formação, técnicos necessários, tendo como subcategorias sim/não, orientação e supervisão e assessoria. Para o domínio sobre a perceção da intervenção categorizou-se a perceção do impacto da intervenção, o planeamento tendo como subcategorias as

necessidades dos menores e motivo de internamento, o projeto com as subcategorias objetivos, estruturação e finalidade, a importância das tarefas, atividades e intervenção e reintegração. Para o domínio referente à importância do técnico superior de educação social nas equipas técnicas definimos como categorias o tipo de intervenção e o impacto do técnico superior de educação social no menor.

Decidimos adotar um critério semântico para identificar as unidades de registo, decorrida das respostas à entrevista individual de cada sujeito da nossa amostra.

De forma geral, a análise será estruturada em três fases: o levantamento dos técnicos existentes nas equipas técnicas, a compreensão da perceção que os técnicos têm do impacto da sua intervenção com o menor e o apuramento da opinião dos técnicos em relação à importância de ter um técnico superior de educação nas equipas técnicas dos centros educativos.

O nosso processamento da informação foi realizado com recurso ao programa informático de análise de conteúdo Nvivo.

1.6. Resultados Esperados

No presente ponto espera-se responder às questões de estudo e discutir os resultados por confronto com a literatura. Não será possível universalizar à população as conclusões a obter, uma vez que se trata de um estudo qualitativo cujas conclusões apenas dizem respeito aos sujeitos estudados. Daí que o Programa de Aquisição de Competências (PAC) proposto, tal como já foi referido, sofrerá os ajustes necessários de acordo com a análise de casa Centro Educativo individualmente.

Esperamos com este estudo que os profissionais tenham a noção que a sua intervenção tem um grande impacto no menor. Quando falamos de centros educativos falamos de menores que estão por uma ou outra razão impedidos de estar no seu meio natural de vida e que cometeram um ato socialmente reprovável. Como tal, é essencial que os técnicos percebam que têm um papel muito importante para a reabilitação do menor enquanto ser individual e enquanto cidadão ou ser social.

Pretendemos, ainda, apurar se estes acham relevante a existência de um educador social nas equipas técnicas. Sendo um educador social, um profissional com múltiplas competências e que veio introduzir um caráter educativo no trabalho social, achamos fundamental que estes façam parte das equipas multidisciplinares dos centros educativos. Sendo este um profissional que utiliza a pedagogia social, a educação não-formal para dotar o indivíduo de competências pessoais, sociais e profissionais e, ainda, dar-lhe ferramentas para que este consiga ser independente e autónomo, tanto dentro como fora do centro educativo.

Foi realizado um teste piloto da entrevista mas, por contingências já indicadas, não nos foi permitido obter dados para fazer uma análise exploratória das respostas dos sujeitos.

Apenas foi possível avaliar as questões do guião de entrevista.

1.6.1 Proposta de elaboração de um programa de aquisição de competências

Em função dos resultados esperados e do teste piloto levado a cabo no presente projeto de mestrado considerou-se fundamental a elaboração de um programa de aquisição de competências (PAC) que possa vir a ser implementado por um técnico superior de educação social num centro educativo com menores a cumprir medidas de internamento.

Os menores que se encontram a cumprir uma medida de internamento em centro educativo têm necessidade, para além das atividades educativas e profissionais que o centro lhes proporciona, de estimular ou adquirir competências pessoais e sociais que lhes permitam uma vida saudável na instituição e em sociedade.

Matos, Negreiros, Simões e Gaspar (2009) defendem que promovendo as competências sociais e pessoais poderá prevenir-se os comportamentos agressivos.

Segundo Oliveira, Fonseca, Melo e Pereira (2011) este tipo de programa faz todo o sentido uma vez que os dados relativos a 2007-2009 aferem que 79,7% dos jovens internados refletem condutas e atitudes de rebeldia, falta de respeito, repúdio da autoridade, desobediência e apropriação de bens alheios.

Decidimos elaborar o PAC com a finalidade de trabalhar as competências nos jovens internados em centros educativos, sempre com a ressalva que cada caso é um caso e como tal, este poderá ser ajustado a cada jovem.

O PAC tem objetivo principal promover competências pessoais, sociais e profissionais nos menores internados, no sentido de potenciar uma maior autonomia no dia-a-dia destes e prevenir futuras situações de inadaptação pessoal-social, fomentar o *empowerment* dos menores, estimular o desenvolvimento da sua autonomia na sua integração social e escolar/profissional.

Assim, para cada sessão foram definidos objetivos estratégicos que visam a promoção/aquisição de competências pessoais nos menores ao nível do auto e hétero conhecimento, empatia, autoestima, identificação e promoção de capacidades, desenvolvimento de competências sociais dos menores de modo a que consigam solucionar de forma assertiva problemas e conflitos mas, também, a demonstrar a importância da comunicação, do trabalho em equipa, aquisição de valores, trabalhar a valorização da família, do trabalho e do lazer e por fim, dotar os menores de competências de ordem profissional que lhes permitam identificar os seus objetivos e

aspirações, ultrapassar obstáculos, lidar com situações de stress e mostrar a estes menores que se pode tornar os sonhos alcançáveis.

O programa de aquisição de competências está organizado em 12 sessões, de 60 minutos cada, que perfazerá um total de 720 horas. Estas sessões serão realizadas uma vez por semana, durante 3 meses, que é o tempo mínimo para o cumprimento de medidas de internamento em centro educativo.

A proposta completa do PAC encontra-se no anexo J.

Assim, por cada sessão serão realizadas várias atividades para que atinjam os objetivos a que nos propomos e trabalhem várias competências. Ainda, constará do PAC uma ficha de identificação do menor, um instrumento de avaliação para que no fim de cada sessão os menores e o técnico possam avaliar a mesma e compreender se esta teve algum impacto positivo.

Este programa irá ao encontro das necessidades do menor, na sessão inicial o técnico superior de educação social procederá a um diagnóstico exaustivo sobre o grupo. Durante o programa cada menor poderá ver o dossiê do programa, até porque é primordial que o jovem se envolva no mesmo e seja o mais participativo possível.

Por fim, convém referir o facto de este trabalho poder ser desenvolvido por um educador social é uma mais-valia porque este profissional tem uma formação multidisciplinar, que lhe permite para além de planificar, gerir e implementar o programa, ter competências, também, para dinamizar as sessões. É de ressaltar que este profissional tem a especificidade de se adaptar a cada pessoa com quem trabalha, ou seja ajusta a intervenção de forma individualizada a cada sujeito para que esta seja o mais eficaz possível e responda às necessidades reais deste.

Para Mateus (2012) o educador social consegue construir respostas eficazes ou criar pontes socioeducativas que permitam resolver de forma eficaz e pronta situações de exclusão, indiferença ou fatalismo.

Esta proposta está sujeita a alterações decorrentes do desenvolvimento do projeto nomeadamente da análise dos dados recolhidos.

CONCLUSÃO

Este projeto é fruto de um estudo aprofundado que exigiu uma análise exaustiva de bibliografia relativa ao tema.

O tema proposto para o mesmo foi a delinquência juvenil, pois consideramos que é um problema que tende a aumentar nas nossas sociedades. É na adolescência que estes comportamentos tendem a densificar-se. Para Pral (2007), a adolescência é um processo maturativo em busca da identidade que implica uma maior vulnerabilidade e uma maior reatividade relativamente à autoridade e à imposição de limites.

Oliveira (2011) diz que as mudanças que “recheiam” a adolescência constituem o cenário ideal para a ocorrência de comportamentos desviantes, como sendo uma estratégia para lidar com os próprios conflitos. Como tal, a delinquência juvenil deve ser encarada como um problema social, que exige uma ação especial imediata.

O conceito de delinquência juvenil é talvez aquele que está associado a maior inexatidão. Este conceito pode ser definido em função de critérios jurídico-legais, sendo que o indivíduo é considerado delinquente quando este pratica um ato ilícito condenável pelos tribunais. Deste modo, a delinquência juvenil é baseada num contacto oficial com órgãos jurídicos. Assim, quanto à conceptualização do tema é de salientar que esta não tem uma definição universal, até porque como explica Oliveira (2011) esta dificuldade encontra-se relacionada com a diversidade de atividades que a delinquência pode abarcar, que vão desde os atos agressivos, como o furto ou o vandalismo, a atos mais graves.

Outro ponto que se revelou importante na realização do mesmo foi compreender na delinquência juvenil o impacto das variáveis do género e da idade. Pudemos constatar que comportamento delinquente surge com maior intensidade e frequência entre os 12 e os 17 anos de idade. É neste momento que o indivíduo passa por uma remodelação interior e firma os valores subjacentes à sua personalidade.

Quanto ao género, o sexo masculino é mais vulnerável a desempenhar este tipo de comportamentos, pois o porte físico é um potenciador de atitudes agressivas e violentas. O sexo feminino tende a cessar os comportamentos delinquentes mais cedo que o masculino.

Quanto aos fatores associados à delinquência percebemos que há fatores (os de risco) que potenciam este tipo de conduta, porém há outros que os anulam.

É essencial referir que os fatores estão sempre presentes na vida do jovem, pois existem na realidade em que este vive, contudo se o jovem tiver um bom suporte social pode facilmente ultrapassar estas situações. A forma como os progenitores lidam com os sentimentos e aflições da criança, a vinculação ou simplesmente a perceção que os

jovens têm dos seus modelos de referência são fundamentais para o processo de desenvolvimento do menor.

Pudemos aferir e é de realçar que o sistema penal português para crianças e jovens tem vindo a mudar. O aparecimento da LTE, da Lei n. 147/99, de 1 de Setembro, do Decreto-Lei n.º 401/82, de 23 de Setembro, entre outros, têm permitido sinalizar e diagnosticar diferentes tipos de situações, que possibilitam aos técnicos uma intervenção mais ajustada e eficaz.

Em consonância com o sistema penal para crianças e jovens em Portugal os menores delinquentes, quando praticam algum ato que socialmente não é aceitável e é punível criminalmente, poderão incorrer numa medida tutelar educativa, que se traduzirá num cumprimento de uma medida de internamento em centro educativo.

Segundo a DGRS e a LTE, os centros educativos são estabelecimentos orgânicos e hierarquicamente dependentes dos serviços de reinserção social. A intervenção em centro educativo obedece a um regulamento geral e a orientações pedagógicas estabelecidas para todos os centros educativos, com vista à realização uniforme dos princípios fixados na lei em matéria tutelar educativa. Dentro dos limites referidos no artigo 143º, da LTE, a intervenção orienta-se, em geral, pelo projeto de intervenção educativa do centro e, em especial, pelo projeto educativo pessoal do menor.

A criação, a organização e a competência dos órgãos dos centros educativos e seu funcionamento, bem como o regulamento geral e a regulamentação do regime disciplinar dos centros educativos, constam de legislação própria, uniformizando assim a forma de intervenção e reabilitação do menor internado.

A execução de uma medida tutelar de internamento pode ocorrer em regime aberto, semiaberto ou fechado. Assim, para uma intervenção adequada durante este período os centros educativos têm a disposição para além do diretor, uma equipa técnica, na maioria constituída por técnicos de reinserção social, que coordenam todas atividades, educativas e formativas, para que o jovem depois do cumprimento da medida possa reintegrar-se em sociedade.

Decorrente da análise da literatura, considerou-se essencial apurar a perceção que os técnicos/profissionais têm do impacto da sua intervenção enquanto elementos integrantes em equipas técnicas a trabalhar em centros educativos, bem como da introdução de um técnico superior de educação social nas equipas multidisciplinares.

O educador social “através da sua formação específica promove o desenvolvimento pessoal e social dos menores, utilizando métodos e técnicas pedagógicas, psicológicas e sociais” (Mondragón e Tingueros, 2002, cit. por Almeida e Fernandes, 2010, p. 148). Perante jovens inadaptados socialmente, este profissional social, depois da realização de

um diagnóstico do problema, pode atuar (em parceria com outros profissionais) diretamente e centrar-se na intervenção como forma de reinserção.

Para dar cumprimento aos nossos objetivos foi construído um guião de entrevista para o diretor e técnicos superior e profissional de reinserção social dos centros educativos da zona centro do país como instrumento de recolha de dados, que para além de permitir perceber a sua perceção do impacto da intervenção, nos permitisse saber da importância do educador social nessas equipas. A construção do instrumento de recolha de dados contemplou a realização de um teste piloto a três sujeitos com características dos futuros respondentes o que nos permitiu a sua avaliação e chegar à versão final.

Considerámos ainda pertinente incluir neste projeto de mestrado uma proposta de um programa de aquisição de competências. Este programa seria uma mais-valia na intervenção com os menores porque poderia focar-se em determinadas competências pessoais e sociais e treiná-las de forma a autonomizar e integrar-se depois do cumprimento da medida, mas, também, trabalhá-las para melhorar a sua vida durante a permanência no centro educativo.

A quando da elaboração do presente trabalho foram surgindo alguns obstáculos e limitações que tiveram de ser contornadas de forma a podermos finalizar. A maior limitação sentida foi a falta de obtenção de respostas para o plano de investigação. Apesar de muitas tentativas até à data de entrega não conseguimos obter dos centros educativos nenhuma resposta às nossas solicitações.

Se tivéssemos conseguido obter as respostas necessárias poderíamos ter tido uma noção mais realista de como funciona um centro educativo e estruturar de outra forma o PAC pois, conhecendo as necessidades reais dos centros educativos e as equipas técnicas poderíamos planear a nossa intervenção de forma mais adequada e próxima da realidade, permitindo dar resposta às necessidades do menor, contribuindo para o seu desenvolvimento integral.

Uma vez que a nossa formação é em educação social faria todo o sentido podermos implementar no centro educativo ou num lar especializado este programa, melhorando a vida dos menores dentro da instituição mas, também, permitindo-lhes reintegrarem-se em sociedade, abandonando o estigma da exclusão social. Noguero e Solis (2003) referem que o educador social marca a forma de trabalho no grupo, proporcionando ferramentas necessárias, atitudes, valores, capacidades, motivação e autonomia para o que o indivíduo cresça e evolua.

Como foi referido na introdução do presente projeto a temática da delinquência juvenil é para nós um grande motivo de interesse pois, consideramos que como educadores sociais poderemos fazer mais por estes jovens, intervindo na sua vida durante o cumprimento da medida, ajudando na sua reintegração social e prevenindo

futuras reincidências criminais. Pois, para além de verem satisfeitas as suas necessidades escolares estes menores precisam de adquirir e treinar competências que lhes permitam ser um cidadão sociável e integrado.

Seria para nós importantíssimo a implementação deste projeto e consideramos que este poderia melhorar a conduta destes jovens.

Este projeto tem um grande potencial se futuramente puder ser implementado e alargado em outros centros educativos nacionais, para que os menores possam para além de verem respondidas as suas necessidades educativas e formativas, possam, também, construir-se ou reconstruir-se enquanto pessoas.

Seria uma mais-valia para os menores que o nosso programa de aquisição de competências fosse implementado, logo que adaptado a cada instituição, para que a reabilitação do menor fosse considerada num todo e não só dando preocupação à sua formação académica. É muito importante que estes menores vejam a sua autoestima trabalhada e que lhes sejam desenvolvidas competências e valores que lhes permitam ser um cidadão responsável.

É essencial que o projeto e o programa sejam implementados e geridos por um técnico superior de educação social pois este é um profissional com múltiplas competências e que veio introduzir um caráter educativo no trabalho social, por consequência fundamentais nas equipas multidisciplinares dos centros educativos.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, C., Sá, I., & Ramos, V. (2010). *Protecção, delinquência e justiça de menores - um manual prático para juristas...e não só*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Aguayo, F. (2008). *Diseño, aplicación y evaluación de un programa psicoeducativo de cambio de actitudes para jóvenes de un centro penitenciario* (Dissertação de Doutoramento). Facultad de Educación, Salamanca.
- Almeida, A., & Fernandes, N. (2010). *Intervenção com crianças, jovens e famílias: Estudos e práticas*. Coimbra: Almedina.
- Almeida, A. (2012). *Análise de situações de menores em perigo: estudo exploratório de dois tribunais de processos administrativos em de família e menores* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Católica, Porto.
- Almeida, J. (2005). *Delinquência juvenil* (Dissertação de Licenciatura). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Almeida, J. & Pinto, J. (s.d.). Teoria e investigação empírica nas ciências sociais. Obtido de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223912596D1IPA2iy3Nz71OD5.pdf>
- Anica, A. (s.d.). Representações da violência criminal feminina em Portugal no discurso antropológico oitocentista. Em Jorge Crespo. *Estudos em Homenagem* (pp 109–228). Lisboa: 100 Luz.
- Bahia, R. (2003). Instituto de reinserção social - Centro educativo de Santo António. Em *Cuidar da justiça de crianças e jovens: A função dos juízes sociais*. Coimbra: Almedina. Páginas e editor livro
- Bardagi, M., Arteché, A., & Neiva-Silva, L. (2005). Projectos sociais com adolescentes em situações de risco: Discutindo o trabalho e a orientação profissional com estratégia de intervenção. Em *Violência e risco na infância e na adolescência: Pesquisa e intervenção* (pp 101 – 146). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Beaudoin, F. (2002). La protección de los menores en institutos y centros de detención. Obtido de <http://www.argenjus.org.ar/argenjus/articulos/menores.pdf>
- Bell, J. (2004). *Como realizar um projecto de investigação* (3ª edição). Lisboa: Gradiva.

- Bockel, J. (2010). *La Prévention de la Délinquance des Jeunes*. France: Secrétaire d'Etat à la Justice.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação – Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (2003). *Qualitative Research for Education: An introduction to Theories and Methods* (4th ed.). New York: Pearson Education group.
- Born, M. (2005). *Psicologia da delinquência*. Lisboa: Climepsi editores.
- Bueno, A., & Mira, C. (1998.). La delincuencia juvenil como síntoma: Perspectivas de intervención psicosocial. *Cuadernos de Trabajo Social*, 6, pp. 151-159.
- BDJUR. (2011). Código Penal. Coimbra: Almedina.
- Cabral, L. (2012, Novembro 20). Crise pode aumentar delinquência juvenil. *Diário de notícias*. Obtido de http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2960880&page=-1
- Campos, B. (1990). *Psicologia do desenvolvimento e educação de jovens* (Vol II). Lisboa: Universidade Aberta.
- Canastra, F. (2009). O perfil formativo-profissional do(a) educador(a) social - Uma experiência de investigação a partir do enfoque biográfico-narrativo. *Revista Iberoamericana de Educación*. Editora: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI), 1-10.
- Cárdenas, L. (2010). Estado, Delincuencia juvenil y escuela. *Revista Andaluza de Ciencias Sociales*, 9, 71–77.
- Caregnato, R & Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Enferm*, 15(4),679–684.
- Carli, P. (s.d.). A educação enquanto ferramenta de inclusão social e prevenção da delinquência juvenil. *Agora*, 125–131.
- Carvalho, A. (Ed.) (1995). *Novas Metodologias em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Carvalho, A. & Baptista, I. (2004). *Educação social: fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.

- Carvalho, C. (2009). *Ser Jovem Uma Aventura de Risco* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Lisboa.
- Carvalho, M. (2010). *Do outro lado da cidade. Crianças, socialização e delinquência em bairros de realojamento* (Dissertação de Doutoramento). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Carvalho, M. (1999). "Um passado, um presente. Que futuro? Desvio e delinquência juvenis: aspirações e expectativas pessoais, escolares e profissionais de jovens em regime de internamento em colégio do instituto de reinserção social", em *Infância e Juventude*, 4, 9-148.
- César, M. (s.d.). *Da adolescência em perigo à adolescência perigosa*. Obtido de http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos_15/assis_cesar.pdf.
- Coutant, I. (s.d.). «É um prazer não vos rever» As audiências para menores nas Casas de Justiça e de Direito. *Revista de Sociologia*, 12(2), 33–52.
- Comissão de acompanhamento e fiscalização dos centros educativos. (2012). Relatórios de 2012. Obtido de http://www.sg.mj.pt/sections/noticias/relatorio-sobre-centros/downloadFile/attachedFile_f0/Relatorio_CFCE2012.pdf?nocache=1339531226.66
- Cunha, C. (2007). *Formação de professores – a investigação por questionário e entrevista: um exemplo prático*. Vila Nova de Famalicão: Editorial Magnólia.
- Criança, I. (s.d.). *O superior interesse das crianças na perspectiva do respeito pelos seus direitos*. Lisboa : IAC.
- Darbouze, K. (s.d.). Rehabilitative Methods and the Affect on Juvenile Delinquents. Obtido de <http://drum.lib.umd.edu/bitstre/1903/10097/1/Darbouze%20Kelie.pdf>
- Debarbieux, E., & Blaya, C. (Eds). (2002). *Violência nas Escolas e Políticas Públicas*. Paris: Unesco.
- Dell'aglio, D., Santos, S., & Borges, J. (2004). Infração Juvenil Feminina: Uma Trajetória de Abandonos. *Interação em Psicologia*, 8(2), 191–198.
- Decreto - Lei n.º 314/78, de 27 de Outubro - *Organização tutelar de menores*.
- Decreto-Lei nº 401/82, de 23 de Setembro - *Regime aplicável em matéria penal aos jovens com idade compreendida entre os 16 e os 21 anos*.

- Decreto - Lei n.º 189/91, de 17 de Maio - *Regula a criação, competência e funcionamento das comissões de protecção dos menores.*
- Decreto – Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro – *Lei tutelar Educativa.*
- Decreto-Lei nº 323-D/2000 de 20 de Dezembro - *Regulamento geral e disciplinar dos Centros Educativos.*
- Decreto-Lei nº 323-E/2000 de 20 de Dezembro - *Consagra os direitos dos menores na perspectiva da lei 147/99.*
- Decreto - Lei n.º 200 - A/ 2001, de 26 de Julho - *Lei orgânica dos serviços de reinserção social.*
- Decreto - Lei. n.º 125/2007, de 27 de Abril - *Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado.*
- DGRS (2012). *Plano de Atividades Direção-Geral de Reinserção Social 2012.* Lisboa: Ministério da Justiça.
- DGPJ (2012). *Estatísticas sobre reclusos nos estabelecimentos prisionais e jovens internados em centros educativos (2008-2011).* Lisboa: Ministério da Justiça.
- Esteves, L. (2008). *Visão panorâmica da investigação - acção.* Porto: Porto Editora.
- Farinha, L. (2000). *Os aprendizes do crime delinquência juvenil.* Lisboa: Hugin.
- Faustino, S. (2009). *Contributo ao estudo do funcionamento mental na delinquência juvenil com base no processo de separação - individuação* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Lisboa.
- Feliz, T., Sepúlveda, F. & Gonzalo, R. (2008). *Didáctica general para educadores sociales.* Madrid: Mcgraw-hill.
- Fernandes, A., Albuquerque, C., & Amante, M. (2012). Comportamentos delinquentes em adolescentes: Papel parental e escolar. *Em ESSV (Eds.), Comportamentos de saúde infanto-juvenis: Realidades e perspectivas (pp.279-288).* Viseu: IPV Escola Superior de Saúde de Viseu.
- Fernandes, A. (1993). *Métodos e regras para elaboração de trabalhos académicos científicos.* Porto: Porto Editora.

- Fernandes, D. (s.d.). Notas sobre os paradigmas da investigação em educação. Obtido de <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi2/Fernandes.pdf>
- Fernandes, S. (2001, 2003). *Delinquência juvenil - Comportamentos de risco e saúde mental* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- Fernando, P. & Portugal, S. (2010). Entre a lei e prática, Subsídios para uma reforma da lei tutelar educativa. *Observatório da justiça portuguesa*.
- Ferreira, P. (1997). Delinquência juvenil, família e escola. *Análise Social*, 32(143), 913–924.
- Ferreira, P., Garcia, L., & Vala, J. (1993). *Delinquência e criminalidade recenseadas dos jovens em Portugal (1980-1989)*. Lisboa: Instituto de ciências sociais/Instituto da juventude.
- Ferreira, M. (2011). *Entre a vitimação e a delinquência juvenil: trajetórias e intervenções* (Dissertação de mestrado). Universidade do Porto, Porto.
- Ferreira, S. (2004). *A delinquência juvenil e a exclusão social* (Dissertação de licenciatura). Faculdade de economia, Coimbra.
- Formiga, N. (2012). Socialização ética, sentimento anômico e condutas desviantes: Verificação de um modelo teórico em jovens. *Salud & sociedad*, 3(1), 32–48.
- Fortin, M. (2003). *O processo de investigação: Da concepção à realização*. Loures: Lusociência.
- Goodman, R. & Scott, S. (2012). Juvenile Delinquency, Child and Adolescent Psychiatry . Obtido de http://books.google.pt/books?id=O_uSeXyTn3sC&pg=PA79&dq=Juvenile+Delinquency+Goodman&hl=pOsHUaTYJ9CCChQeCmoGIDQ&ved=0CGEQ6AEwCQ#v=onepage&q=Juvenile%20Delinquency%20Goodman&f=false
- Gohn, M. (2009). *Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social*. Obtido de http://sumarios.org/sites/default/files/pdfs/56728_6542.PDF
- Gondim, S. (2003). Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paidéia*, 12(24), 149–161.

- Gomes, C., Duarte, M., & Almeida, J. (s.d.). Crimes, penas e reinserção social: Um olhar sobre o caso português. *Em Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia. Apresentado na Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção.*
- Gomes, O. (2009). *Ato infracional, legalidade e consense: estudo acerca das diretrizes para a justiça juvenil* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Lisboa - Faculdade de direito, Lisboa.
- Gonçalves, R. (2008). *Delinquência, crime e adaptação à prisão*. Coimbra: Quarteto.
- Gonçalves, R., Machado, C., Sani, A., & Matos, M. (1999). *Crimes: práticas e testemunhos*. Minho: Instituto de educação e psicologia - Universidade do Minho.
- González, C. (2003). Predicción y prevención de la delincuencia juvenil según las teorías del desarrollo social (social development theories). *Revista de Derecho*, 24, 135 – 158.
- Greenwood, P. (2008). Prevention and Intervention Programs for Juvenile Offenders. *The future children*, 18(2), 185 - 210.
- Grifo, J. (2010). *Desportivismo e competências sociais de adolescentes em risco: estudo com rapazes dos 14-18 anos em Centros de Reinserção Social* (Dissertação de Mestrado). Faculdade Ciências do Desporto e Educação Física, Coimbra.
- Guerra, I. (2010). *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção - o planeamento em ciências sociais*. Parede: Principia.
- Guralh, S. (2012). A liberdade constitucionalmente prevista e sua relação com a medida A liberdade constitucionalmente prevista e sua relação com a medida. *Textos & contextos*, 11(1), 193–203.
- Hérbert, M.; Goyette, G. & Boutin, G. (1994). *Investigação qualitativa: Fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Hutz, C. (2002). *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: Aspectos teóricos*. Brasil: Casa do Psicólogo.
- Inclusão Social*. (2004). Brasília: Ministério da Educação.
- Justiça, M., & DGRS. (2011). *Agir para integrar*. Lisboa: DGRS.

- Lago, T. (2009). *Função paterna e comportamentos delinquentes em rapazes adolescentes* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Lisboa.
- Laranjeira, C. (2007). Análise psicossocial do jovem delincente: uma revisão da literatura. *Psicologia em Estudo*, 12(2), 221–227.
- Lei n.º 24/82, de 23 de Agosto - Regime especial e penal para jovens.
- Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro - Lei de protecção das crianças e jovens em perigo.
- Lei n.º 31/03, de 22 de Agosto - Alteração da lei de protecção das crianças e jovens em perigo.
- Lemos, I. (2007). *Família, psicopatologia e resiliência na adolescência: do risco psicossocial ao percurso delincente* (Dissertação de Doutoramento). Universidade do Algarve, Faro.
- Lemos, I. (2010). Risco psicossocial e psicopatologia em adolescentes com percurso delincente. *Análise Psicológica*, 1(28), 117–132.
- Leote de Carvalho, M. (2003). *Entre as malhas do desvio: Jovens, espaços, trajectórias e delinquências*. Oeiras: Celta Editora.
- Leote de Carvalho, M. (2004). Entre as malhas do desvio: Jovens, espaços, trajectórias e delinquências. Em *VIII Congresso Luso - Afro - Brasileiro de ciências sociais*. Apresentado na A questão social no novo milénio, Coimbra.
- Leote de Carvalho, M. (2005). Jovens, espaços, trajectórias e delinquências. *Sociologia, problemas e práticas*, 49, 71–93.
- Leote de Carvalho, M. (2010). *Do outro lado da cidade. Crenças, socialização e delinquência em bairros de realojamento* (Dissertação de Doutoramento). Universidade nova de Lisboa, Lisboa.
- Leote de Carvalho, M., & Ferreira, L. (2009). Infância e risco social: retratos da imprensa portuguesa. *Sociologia, problemas e práticas*, 60, 105–129.
- Leote de Carvalho, M., & Serrão, J. (2008). Delinquência juvenil, justiça e media: representações dos jovens dos Centros Educativos sobre a acção da comunicação social. In *VI Congresso Português de Sociologia*. Apresentado na Mundos sociais: Saberes e práticas.

- Lisboa, A. (2008). *A pobreza, um livre trânsito para a delinquência juvenil?* (Dissertação de Doutoramento). Universidade técnica de Lisboa, Lisboa.
- Manata, C. (2008, abril). ...no superior interesse da criança. *Seminário Direitos das Crianças e Intervenção que Competências*. Obtido de <http://www.cnpcjr.pt/left.asp?07.04.01>
- Marinho, F. (s.d.). *A justiça francesa e brasileira: breves considerações sobre a deriva das políticas públicas aplicadas à delinquência juvenil* (Dissertação de Doutoramento). UFMG, Brasil.
- Marques, F. (2009). *Vinculação e bullying - Estudo comparativo de crianças e adolescentes institucionalizados e não institucionalizados* (Dissertação de Mestrado). Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Manso, A. & Almeida, A. (2009). Um discurso a duas vozes: potencialidades de um estudo interpretativo sobre a lei e a institucionalização. *Psicologia: Reflexão e crítica*, 22(3), 455 - 465.
- Manso, A., & Fernandes, L. (2012). Cidade e deriva: condição juvenil e trajetórias de desvio. Em *VII Congresso Português de Sociologia*. Porto.
- Marteleira, J. (2004.). Análise de um centro educativo à luz do conceito de instituição total de Erving Goffman. Em *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia. Apresentado na Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*.
- Martinez, R., & Sá, I. (2008). Jovens privados de liberdade: análise de estudos de caso em Portugal. Em *Projecto Europeu*. Apresentado na Stop deviant careers: strategies and juvenile justice systems in Europe”.
- Martins, E. (2012). Intervenção com crianças institucionalizadas em centros de acolhimento temporário ou lares de infância e juventude. Em Neves, S. (Org.), *Intervenção psicológica e social com vítimas (pp.75 - 106)*. Coimbra: Almedina.
- Mateus, M. (2012). O educador social na construção de pontes socioeducativas contextualizadas. *Eduser Revista de educação*, 4(1) 60–71.
- Matos, A., Vieira, C., Nogueira, S., & Alcoforado, L. (Edts). (2008). *A maldade humana: Fatalidade ou educação?*.Coimbra: Almedina.
- Matos, M., Negreiros, J., Simões, C., & Gaspar, T. (2009). *Violência, Bullying e delinquência*. Lisboa: Coisas de ler edições.

- Ministério da Justiça. (2012). Síntese de dados estatísticos da dgrs relativos aos centros educativos. Consultado em <http://www.dgrs.mj.pt/web/rs/estat>
- Ministério da Justiça & DGSP. (s.d.). O meu guia para a liberdade. Obtido de <http://opac.iefp.pt:8080/images/winlibimg.exe?key=&doc=78059&img=799>
- Montana, A. (s.d.). La delincuencia juvenil: nuevas perspectivas criminológicas. *Revista criminalidad; seguridad rural y urbana*, 350–357.
- Morales, C. (2010). Una mirada sociológica Las infracciones penales de los jovenes: una mirada sociológica. *Revista Andaluza de Ciencias Sociales*, 9, 39–51.
- Moreira, D. (2009). *Exposição à violência delinquencial e fatores associados entre adolescentes de uma comunidade de baixa renda* (Dissertação de Mestrado). Fundação Edson Queiroz, Ceará.
- Moura, D. (2003). Riscos e Delinquências Juvenis em Contextos de Realojamento Identidades, Imagens e Expectativas dos Jovens. *Cidades - Comunidades e Territórios*, 3, 19–36.
- Murta, S. (2007). Programas de Prevenção a Problemas Emocionais e Comportamentais em Crianças e Adolescentes. Lições de Três Décadas de Pesquisa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(1), 1–8.
- Nascimento-Schulze, C. & Camargo, B. (2000). Psicologia social, representações sociais e métodos. *Temas em Psicologia da SBP*, 8(3), 18-35.
- Nascimento, A., & Menandro, M. (2006). Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 6(2), 1-17.
- Nardi, F., & Dell'aglio, D. (2010). Delinquência juvenil: Uma revisão teórica. *Acta Colombiana de Psicologia*, 13, 69–77.
- Negreiros, J. (2008). *Delinquências juvenis: Trajetórias, intervenções e prevenções*. Porto: Livpsic.
- Netprof. (s.d.). Adolescência. *Dossiês temáticos*.
- Nova causa - Edições Jurídicas. (2013). *Jurisprudência A a Z, Menores 2013*. Trofa: Nova causa.
- Noguero, F. & Solís, K. (2003). *El educador social como educador no formal: um gestor de grupo*. Espanha: Universidade de Huelva.

- Nogueira, H. (2011). *O modelo de desenvolvimento da responsabilidade pessoal e social em lares especializados de infância e juventude* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Desporto - Universidade do Porto, Porto.
- Oliveira, H., Fonseca, A., Melo, A., Pereira, E. (2011). *Conflitos em internamento de jovens delinquentes*. Bubok.
- Oliveira, M. (2008). *Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses*. Brasil: Elsevier Editora.
- Oliveira, P. (2011). *Atitudes e Crenças antissociais na delinquência juvenil: diferenças em função da idade, do género, e do padrão antissocial* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação - Universidade do Porto, Porto.
- Orlandi, E. (2010). Políticas institucionais: a interpretação da delinquência juvenil. *Bolema*, 23(36), 625–638.
- Paiva, W. (2012). *Institucionalização e Infância: vivências e representações das crianças* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho, Braga.
- Papalia, D., Olds, S., & Feldman, R. (2006). *Desenvolvimento Humano*. Nova Iorque: Artmed.
- Pechorro, P. (2011). *Delinquência juvenil: Estudo de algumas variáveis psicológicas e relacionais com ênfase nos traços psicopáticos* (Dissertação de Doutoramento). Faculdade de Medicina de Lisboa, Lisboa.
- Pestana, M., & Gageiro, J. (2000). *Análise de dados para ciências sociais*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pestana, M., & Gageiro, J. (2001). *Análise de dados para ciências sociais – A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pestana, M., & Gageiro, J. (2003). *Análise de dados para ciências sociais – A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Phillips, E. & Pugh, D. (1998). *Como preparar um mestrado ou doutoramento - um manual prático para estudantes e seus orientadores*. Mem - Martins: Lyon edições.
- Pimentel, A. (2001). *Ação social na reinserção social*. Lisboa: Universidade Aberta.

- Pires, S. (2011). *A Promoção da Autonomia em Jovens Institucionalizadas* (Relatório de Estágio). Bragança: Escola Superior de Educação de Bragança.
- Portaria N.º 1200 - A/2000, de 20 de Dezembro - aprova que a Lei Tutelar Educativa, institui uma entidade fiscalizadora do funcionamento dos centros educativo.
- Portaria N.º 1200 - B/2000, de 20 de Dezembro - Criação de centros educativos e sua classificação.
- Pral, C. (2007). *Oportunidade e Risco: Suporte social e fatores psicossociais associados ao fenómeno da delinquência juvenil* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- Quade, M. (2011). *A Implementação de Políticas Públicas de Prevenção da Criminalidade – Estudo de Caso no Centro Educativo da Bela Vista e no Centro Educativo Padre António de Oliveira* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- Quintela, S. (2004). *Sentidos para agir: contributos para a compreensão das perturbações de comportamento*. Oeiras: Celta Editora.
- Rabelo, I. (2007). *Desagregação familiar e delinquência infanto-juvenil: uma reflexão acerca das implicações da ausência paterna no comportamento dos filhos menores*. Obtido de <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto>
- Ramião, T. (2010). *Lei de protecção de crianças e jovens em perigo: Anotada e comentada*. Lisboa: Quid juris.
- Reis, I. (2007). *A reinserção social dos jovens delinquentes. Realidade ou utopia?* (Relatório Final de Estágio). Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga.
- Rijo, D.; Sousa, M.; Lopes, J.; Pereira, J.; Vasconcelos, J.; Mendonça, C; Silva, M. J; Ricardo, N., & Massa, S.. (2007). *Gerar percursos sociais – Um Programa de Prevenção e Reabilitação Psicossocial para Jovens com Comportamento Desviante*. ed. 1. Ponta Delgada: Edição Equal/Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Roberts, C. (2011). *Metodologia de intervenção em trabalho social*. Porto: Porto Editora.
- Rocha, D. & Deusdará (2005). Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. *Aleas*, 2(7), 305-322.

- Rodrigues, R. (2009). *Contributo ao estudo das relações significativas na delinquência juvenil: Estudo exploratório no inventory of parent and peer attachment* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Lisboa.
- Rosado, J. (2004). *Os aprendizes do crime* (Dissertação de Licenciatura). Faculdade de Economia, Coimbra.
- Sá, A. (2001). Delinquência infanto-juvenil como uma das formas de solução da privação emocional. In *I Congresso de Psicologia Clínica*. Apresentado na delinquência infanto-juvenil, São Paulo.
- Samagaio, F. (2006). A educação social e a investigação: algumas generalidades em torno de um perfil profissional. Obtido de <http://repositorio.esepf.pt/handle/10000/100>
- Sampaio, D., Cruz, H., & Carvalho, M. (2011). *Crianças e jovens em risco A família no centro da intervenção*. Cascais: Principia.
- Sampaio, M. (2010). *O outro lado da vida: Delinquência Juvenil e Justiça* (Dissertação de Mestrado). Instituto de ciências biomédicas Abel Salazar, Porto.
- Santos, B. (Ed). (2004). *Os caminhos difíceis da «nova» lei tutelar educativa - uma avaliação de dois anos da aplicação da lei tutelar educativa*. Coimbra: Observatório Permanente da Justiça Portuguesa do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- Santos, B. (Ed). (2010). *Entre a lei e a prática: Subsídios para uma reforma da Lei Tutelar Educativa*. Lisboa: Observatório Permanente da Justiça Portuguesa do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- Seabra, H. (2005). *Delinquência a preto e branco: Estudo de jovens em reinserção*. Lisboa: ACIME.
- Sebastião, J. (1995). Desvio e marginalidade infanto-juvenil. *Sociologia: Problemas e práticas*, 17, 143–149.
- Serrano, G. (2010). *Elaboração de projetos sociais*. Porto: Porto Editora.
- Siegel, L., & Welsh, B. (2008). *Juvenile Delinquency: The Core*. Belmont: Thomson Wadsworth.

- Siegel, L., & Welsh, B. (2012). *Juvenile Delinquency: Theory, practice and law*. Belmont: Thomson Wadsworth.
- Silva, A. (2007). *O estilo de vinculação e o desenvolvimento de comportamentos delinquentes: Factor de risco ou de protecção* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- Silva, A. (2010). *Estudo neuropsicológico em adolescentes institucionalizados* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Porto.
- Silva, D. (2002). *O desenvolvimento das trajetórias do comportamento delincente em adolescentes infratores* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Silva, L. (2002). Adolescentes em situação de rua. Em *Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas* (pp 110–119). Brasília: CFP & Ministério da Saúde.
- Silva, M., & Pereira, B. (s.d.). A violência como fator de vulnerabilidade na ótica dos adolescentes escolares. *Educação para a Saúde no Século XXI: Teorias, Modelos e Práticas*.
- Silva, A., & Pinto, J. (1990). *Metodologias das ciências sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silverman, R. & Creechan, J. (1995). *Traitement de la délinquance*. Canada: Ministère de la Justice Department of Justice.
- Social, S. (2006). *Respostas Sociais - Nomenclaturas/Conceitos*. Lisboa: Direcção-Geral da Segurança Social, da Família e da Criança.
- Sposito, M. (1992). Jovens e educação: novas dimensões da exclusão. *Em Aberto*, 11(56), 43–53.
- Sprinthall, N., & Collins, W. (1994). *Psicologia do adolescente: Uma abordagem desenvolvimentista* (Fundação Calouste Gulbenkian.). Lisboa: McGraw-hill.
- Strecht, P. (2003). *À margem do amor notas sobre delinquência juvenil*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Stewart, J. & Couper, D. (2001). *activities for developing people skills*. England: Gower Publishing Company Limited.

- Teixeira, C. (2008). *O jovem delinquente em contexto escolar* (Dissertação de Mestrado). Universidade Portucalense, Porto.
- Telles, T., Carlos, V., Câmara, C., Barros, M., & Suguihiro, V. (2006). Criminalidade juvenil: a vulnerabilidade dos adolescentes, *5*(1), 28–40.
- Thompson, W. & Bynum, J. (2012). *Juvenile Delinquency*. USA: Pearson Education.
- Tuckman, B. (2005). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- TVI. (2012, 10 22). Jovem por um fio. Obtido de <http://www.tvi.iol.pt/programa/3008/videos/128753/video/13724859/1>
- Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. Em Augusto Silva & José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento, pp. 507-535.
- Vilar, E. (2003). Aspectos psicosociales de la violencia juvenil. *Revista de estudios de juventud*, (62).
- Zabalza, M. A. (1994). *Diário de aulas – contributo para o estudo dos dilemas práticos de professores*. Coleção ciências da educação, 11. Porto: Porto Editora.
- Zappe, J. (2010). *Adolescência, ato infracional e processos de identificação: Um estudo de caso com adolescentes privados da liberdade* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.
- Zappe, J., & Dias, A. (2010). Delinquência Juvenil na produção científica nacional: distâncias entre achados científicos e intervenções concretas. *Barbói*, 33, 82–102.

ANEXO A - CRONOGRAMA

		2012/2013															
Tarefas – Elaboração do projeto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
Apresentação do tema do projeto	█																
Pesquisa e revisão bibliográfica	█																
Análise e seleção do material	█																
Redação do enquadramento teórico	█																
Elaboração da questão e dos objetivos de estudo					█												
Seleção da população – alvo					█												
Elaboração dos instrumentos e dos materiais					█												
Realização das entrevistas					█												
Análise de conteúdo e dos resultados						█											
Elaboração do texto final do projeto			█														
Entrega e discussão do projeto									█								

Tarefas – Implementação do projeto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
Contacto inicial e agendamento das entrevistas																	
Realização das entrevistas																	
Análise do conteúdo das entrevistas																	
Ajuste do projeto ao Centro Educativo																	
Implementação do projeto																	

ANEXO B – OFÍCIO DIRETOR DOS CENTROS EDUCATIVOS

Viseu, 12 de Novembro de 2012

Exmo.(a) Senhor (a) Diretor (a) do Centro Educativo XXX :

Assunto: Pedido de colaboração para elaboração de projeto de mestrado

O meu nome é Vanda Rodrigues, sou aluna do 2º ano de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, da Escola Superior de Educação de Viseu, e encontro-me a elaborar um projeto final, no âmbito do referido mestrado.

A temática abordada no projeto é a delinquência juvenil e o internamento dos jovens em centros educativos.

Assim, venho por este meio, solicitar a V. Ex.^a colaboração no meu projeto, através da cedência do regulamento interno da instituição que dirige, assim como de um plano de intervenção pessoal, garantindo desde já a sua utilização apenas para fins académicos.

O objetivo deste pedido prende-se com o facto da lei que regula os centros educativos ser pouca específica sobre a estrutura dos documentos anteriormente referidos. Dada a importância que têm na organização da instituição e no percurso do menor proceder à análise dos mesmos seria fundamental para a elaboração do meu projeto.

Sem mais assunto de momento, agradeço desde já a vossa atenção.

Atenciosamente,

A Aluna:
Vanda Rodrigues

Contactos para resposta:

- esev7283@esev.ipv.pt

ANEXO C – OFÍCIO DIRETOR DOS CENTROS EDUCATIVOS

Viseu, 9 de Janeiro de 2012

Exmo.(a) Senhor (a) Diretor (a) do Centro Educativo XXX :

Assunto: Pedido de colaboração para elaboração de projeto de mestrado

O meu nome é Vanda Rodrigues, sou aluna do 2º ano de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, da Escola Superior de Educação de Viseu, e encontro-me a elaborar um projeto final, no âmbito do referido mestrado.

A temática abordada no projeto é a delinquência juvenil e o internamento dos jovens em centros educativos.

Assim, venho por este meio, solicitar a V. Ex.^a colaboração no meu projeto, através da cedência do organigrama da instituição que dirige, garantindo desde já a sua utilização apenas para fins académicos.

O objetivo deste pedido prende-se com o facto de perceber como se organizam as equipas que intervêm com o menor. Dada a importância que têm na organização da instituição e no percurso do menor proceder à análise dos mesmos seria fundamental para a elaboração do meu projeto.

Sem mais assunto de momento, agradeço desde já a vossa atenção.

Atenciosamente,

A Aluna:
Vanda Rodrigues

Contactos para resposta:

- esev7283@esev.ipv.pt

ANEXO D - GUIÃO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA (DIRETOR)

A presente entrevista enquadra-se numa investigação que tem como objetivo perceber se os técnicos que fazem parte das equipas técnicas dos centros educativos têm a perceção do impacto que têm na intervenção com o menor e se estes acham relevante a existência de um técnico superior de educação social nas mesmas. A colaboração é voluntária, estando garantida a confidencialidade das pessoas envolvidas. A sua participação é extremamente importante na medida em que contribuirá para o conhecimento dos profissionais que integram as equipas técnicas.

Obrigado pela colaboração e pela disponibilidade.

População-alvo: Diretor/Coordenador de Centro Educativo

Objetivos da entrevista: Fazer um levantamento dos técnicos/profissionais que integram as equipas técnicas dos centros educativos; compreender o tipo de intervenção desenvolvida pelo entrevistado/técnico; avaliar a perceção do entrevistado/técnico acerca do impacto da sua intervenção com o menor; e avaliar a perceção do entrevistado acerca da importância da existência de um educador social na equipa técnica.

Apresentação	Conteúdo	Registo
Objetivos: - Apresentação dos participantes - Exposição dos objetivos - Elucidação sobre os procedimentos de anotação	- Apresentação do entrevistador - Exposição dos objetivos da entrevista - Esclarecimento de questões ligadas à confidencialidade e às formas de anotação - Pedido de autorização para consumir a realização da entrevista	
Desenvolvimento	- Quais os profissionais integrantes das equipas técnicas do centro educativo X que intervêm diretamente com o menor?	
<u>Levantamento dos técnicos que integram as equipas técnicas</u> Objetivos: - Analisar a constituição das equipas/profissionais que		

<p>intervêm com o menor</p> <ul style="list-style-type: none"> - Perceber se as equipas têm os técnicos necessários para a uma intervenção eficaz do menor - Avaliar se o profissional/técnico tem a perceção do impacto que tem ao intervir com o menor 		
	- Que tipo de formação possuem os profissionais existentes nas equipas técnicas do Centro Educativo X?	
	- Considera que o Centro Educativo possui os técnicos necessários para a intervenção com o menor?	
	- De que forma orienta e supervisiona o trabalho de outros profissionais do centro?	
	- Qual a perceção que tem do impacto da sua intervenção com o menor?	

<p><u>Análise da intervenção desenvolvida</u></p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreender como é estruturada a intervenção com o menor durante o cumprimento da medida de internamento - Conhecer os projetos internos que ajudam a orientar a intervenção com o menor - Perceber que atividades são desenvolvidas para enriquecer o menor 	<p>- A intervenção desenvolvida é planeada de acordo com as necessidades do menor? Ou é desenvolvida com base no motivo de internamento?</p>	
	<p>- Como é estruturado o projeto de intervenção educativa? Qual o seu objetivo?</p>	
	<p>- Em que consiste o projeto educativo pessoal? Qual a sua finalidade?</p>	

	- O projeto educativo pessoal é um plano individualizado que visa a modificação do comportamento do jovem? *	
	- A intervenção desenvolvida durante a medida de internamento permite ao menor uma melhor reintegração na sociedade? Em que medida?	
	- Que atividades são desenvolvidas para dotar o menor de competências pessoais e sociais que permitem a referida reintegração?	

<p><u>Importância do técnico superior de educação social</u></p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Analisar a importância que um educador social pode ter nas equipas técnicas dos centros educativos - Apurar que tipo de intervenção poderia levar a cabo - Averiguar se um educador social seria útil n a intervenção com o menor 	<p>- Acharia importante a inclusão de um técnico superior de educação social nas equipas técnicas? Porquê?</p>	
	<p>- Que tipo de intervenção acha que um educador social pode desenvolver nos centros educativos? *</p>	
	<p>- A intervenção de um profissional com as competências de um educador social seria uma mais-valia para o menor? Porquê?*</p>	

Encerramento		
Objetivos: - Agradecer a participação; - Disponibilizar contactos para mostrar os resultados - Garantir ao entrevistado que terá acesso aos resultados do estudo.	- Pretende acrescentar alguma informação que considere pertinente?	
	- Agradecer a colaboração; - - Disponibilizar os contactos para se o entrevistado estiver interessado em saber os resultados.	

(*) Pergunta suplementar. Só aplicada caso o entrevistado não responda à pergunta anterior

ANEXO E - GUIÃO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA (TÉCNICOS DE REINserÇÃO SOCIAL)

A presente entrevista enquadra-se numa investigação que tem como objetivo perceber se os técnicos que fazem parte das equipas técnicas dos centros educativos têm a perceção do impacto que têm na intervenção com o menor e se estes acham relevante a existência de um técnico superior de educação social nas mesmas. A colaboração é voluntária, estando garantida a confidencialidade das pessoas envolvidas. A sua participação é extremamente importante na medida em que contribuirá para o conhecimento dos profissionais que integram as equipas técnicas.

Obrigado pela colaboração e pela disponibilidade.

População-alvo: Técnico Superior de Reinservação Social/Técnico Profissional de Reinservação Social

Objetivos da entrevista: Fazer um levantamento dos técnicos/profissionais que integram as equipas técnicas dos centros educativos; compreender o tipo de intervenção desenvolvida pelo entrevistado/técnico; avaliar a perceção do entrevistado/técnico acerca do impacto da sua intervenção com o menor; e avaliar a perceção do entrevistado acerca da importância da existência de um educador social na equipa técnica.

Apresentação	Conteúdo	Registo
Objetivos: - Apresentação dos participantes - Exposição dos objetivos - Elucidação sobre os procedimentos de anotação	- Apresentação do entrevistador - Exposição dos objetivos da entrevista - Esclarecimento de questões ligadas à confidencialidade e às formas de anotação - Pedido de autorização para consumir a realização da entrevista	
Desenvolvimento	- Quais os profissionais integrantes das equipas técnicas do centro educativo X que intervêm diretamente com o menor?	

<p><u>Levantamento dos técnicos que integram as equipas técnicas</u></p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Analisar a constituição das equipas/profissionais que intervêm com o menor - Perceber se as equipas têm os técnicos necessários para a uma intervenção eficaz do menor - Avaliar se o profissional/técnico tem a perceção do impacto que tem ao intervir com o menor 		
	- Que tipo de formação possuem os referidos profissionais?	
	- Considera que o Centro Educativo possui os técnicos necessários para a intervenção com o menor?	
	- (Pergunta só para TSRS) De que forma orienta e supervisiona o trabalho de outros profissionais do centro, nomeadamente dos técnicos profissionais de reinserção social?	
	- Qual a perceção que tem do impacto da sua intervenção com o menor?	

<p><u>Análise da intervenção desenvolvida</u></p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreender como é estruturada a intervenção com o menor durante o cumprimento da medida de internamento - Conhecer os projetos internos que ajudam a orientar a intervenção com o menor - Perceber que atividades são desenvolvidas para enriquecer o menor 	<p>- A intervenção desenvolvida é planeada de acordo com as necessidades do menor? Ou é desenvolvida com base no motivo de internamento?</p>	
	<p>- Em que consiste o projeto educativo pessoal? Qual a sua finalidade?</p>	
	<p>- O projeto educativo pessoal é um plano individualizado que visa a modificação do comportamento do jovem? *</p>	

	<p>- Até que ponto acha que é importante a supervisão dos menores em todas as tarefas, nomeadamente nas zonas residenciais? Porquê?</p>	
	<p>- Que atividades são desenvolvidas para dotar o menor de competências pessoais e sociais que permitem a referida reintegração?</p>	
	<p>- Inerente às funções do técnico de reinserção social está a assessoria de elevado grau de qualificação. Em que consiste especificamente esta assessoria?</p>	

<p><u>Importância do técnico superior de educação social</u></p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Analisar a importância que um educador social pode ter nas equipas técnicas dos centros educativos - Apurar que tipo de intervenção poderia levar a cabo - Averiguar se um educador social seria útil na intervenção com o menor 	- Acharia importante a inclusão de um técnico superior de educação social nas equipas técnicas? Porquê?	
	- Que tipo de intervenção acha que um educador social pode desenvolver nos centros educativos? *	
	- A intervenção de um profissional com as competências de um educador social seria uma mais-valia para o menor? Porquê? *	

Encerramento	- Pretende acrescentar alguma informação que considere pertinente?	
Objetivos: - Agradecer a participação; - Disponibilizar contactos para mostrar os resultados - Garantir ao entrevistado que terá acesso aos resultados do estudo.		
	- Agradecer a colaboração; - Disponibilizar os contactos para se o entrevistado estiver interessado em saber os resultados.	

ANEXO F - GUIÃO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO

A presente entrevista enquadra-se numa investigação que tem como objetivo perceber se os técnicos que fazem parte das equipas técnicas dos centros educativos têm a perceção do impacto que têm na intervenção com o menor e se estes acham relevante a existência de um técnico superior de educação social nas mesmas. A colaboração é voluntária, estando garantida a confidencialidade das pessoas envolvidas. A sua participação é extremamente importante na medida em que contribuirá para o conhecimento dos profissionais que integram as equipas técnicas.

Obrigado pela colaboração e pela disponibilidade.

População-alvo: Diretor/Coordenador de Centro Educativo

Objetivos da entrevista: Fazer um levantamento dos técnicos/profissionais que integram as equipas técnicas dos centros educativos; compreender o tipo de intervenção desenvolvida pelo entrevistado/técnico; avaliar a perceção do entrevistado/técnico acerca do impacto da sua intervenção com o menor; e avaliar a perceção do entrevistado acerca da importância da existência de um educador social na equipa técnica.

Apresentação	Conteúdo	Registo					
Objetivos: - Apresentação dos participantes - Exposição dos objetivos - Elucidação sobre os procedimentos de anotação	- Apresentação do entrevistador - Exposição dos objetivos da entrevista - Esclarecimento de questões ligadas à confidencialidade e às formas de anotação - Pedido de autorização para consumir a realização da entrevista		Crítérios de avaliação das questões				
			1	2	3	4	5
Desenvolvimento	- Quais os profissionais integrantes das equipas técnicas do centro educativo X que intervêm diretamente com o menor?		Compreensão				
<u>Levantamento dos técnicos que</u>			Referência a uma informação				

<p><u>integram as equipas técnicas</u></p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Analisar a constituição das equipas/profissionais que intervêm com o menor - Perceber se as equipas têm os técnicos necessários para a uma intervenção eficaz do menor - Avaliar se o profissional/técnico tem a perceção do impacto que tem ao intervir com o menor 			desconhecida					
			Pertinência					
			Clareza/Ambiguidade					
			Dificuldade na resposta					
	<p>- Que tipo de formação possuem os profissionais existentes nas equipas técnicas do Centro Educativo X?</p>			Compreensão				
				Referência a uma informação desconhecida				
				Pertinência				
				Clareza/Ambiguidade				
				Dificuldade na resposta				
	<p>- Considera que o Centro Educativo possui os técnicos necessários para a intervenção com o menor?</p>			Compreensão				
				Referência a uma informação desconhecida				
				Pertinência				
				Clareza/Ambiguidade				
				Dificuldade na resposta				

	- De que forma orienta e supervisiona o trabalho de outros profissionais do centro?		Compreensão					
			Referência a uma informação desconhecida					
			Pertinência					
			Clareza/Ambiguidade					
			Dificuldade na resposta					
	- Qual a percepção que tem do impacto da sua intervenção com o menor?		Compreensão					
			Referência a uma informação desconhecida					
			Pertinência					
			Clareza/Ambiguidade					
			Dificuldade na resposta					
<u>Análise da intervenção desenvolvida</u> Objetivos: - Compreender como é estruturada a intervenção com o menor durante o	- A intervenção desenvolvida é planeada de acordo com as necessidades do menor? Ou é desenvolvida com base no motivo de internamento?		Compreensão					
			Referência a uma informação desconhecida					

cumprimento da medida de internamento - Conhecer os projetos internos que ajudam a orientar a intervenção com o menor - Perceber que atividades são desenvolvidas para enriquecer o menor			Pertinência					
			Clareza/Ambiguidade					
			Dificuldade na resposta					
- Como é estruturado o projeto de intervenção educativa? Qual o seu objetivo?			Compreensão					
			Referência a uma informação desconhecida					
			Pertinência					
			Clareza/Ambiguidade					
			Dificuldade na resposta					
- Em que consiste o projeto educativo pessoal? Qual a sua finalidade?			Compreensão					
			Referência a uma informação desconhecida					
			Pertinência					
			Clareza/Ambiguidade					
			Dificuldade na resposta					

	- O projeto educativo pessoal é um plano individualizado que visa a modificação do comportamento do jovem?		Compreensão					
			Referência a uma informação desconhecida					
			Pertinência					
			Clareza/Ambiguidade					
			Dificuldade na resposta					
	- A intervenção desenvolvida durante a medida de internamento permite ao menor uma melhor reintegração na sociedade? Em que medida?		Compreensão					
			Referência a uma informação desconhecida					
			Pertinência					
			Clareza/Ambiguidade					
			Dificuldade na resposta					
	- Que atividades são desenvolvidas para dotar o menor de competências pessoais e sociais que permitem a referida		Compreensão					
			Referência a uma informação desconhecida					

	reintegração?		Pertinência					
			Clareza/Ambiguidade					
			Dificuldade na resposta					
<p><u>Importância do técnico superior de educação social</u></p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Analisar a importância que um educador social pode ter nas equipas técnicas dos centros educativos - Apurar que tipo de intervenção poderia levar a cabo - Averiguar se um educador social seria útil na intervenção com o menor 	<p>- Acharia importante a inclusão de um técnico superior de educação social nas equipas técnicas? Porquê?</p>		Compreensão					
			Referência a uma informação desconhecida					
			Pertinência					
			Clareza/Ambiguidade					
			Dificuldade na resposta					
		<p>- Que tipo de intervenção acha que um educador social pode desenvolver nos centros educativos?</p>		Compreensão				
				Referência a uma informação desconhecida				
				Pertinência				
				Clareza/Ambiguidade				
				Dificuldade na resposta				

	- A intervenção de um profissional com as competências de um educador social seria uma mais-valia para o menor? Porquê?		Compreensão					
			Referência a uma informação desconhecida					
			Pertinência					
			Clareza/Ambiguidade					
			Dificuldade na resposta					
Encerramento			Compreensão					
			Referência a uma informação desconhecida					
			Pertinência					
			Clareza/Ambiguidade					
			Dificuldade na resposta					
Objetivos: - Agradecer a participação; - Disponibilizar contactos para mostrar os resultados - Garantir ao entrevistado que terá acesso aos resultados do estudo.	- Pretende acrescentar alguma informação que considere pertinente?							
	- Agradecer a colaboração; - Disponibilizar os contactos para se o entrevistado estiver interessado em saber os resultados.							

Assinale nos itens à direita a sua opinião relativamente às questões efetuadas, selecionando o número que exprime o grau de adequação das mesmas (de 1 a 5, em que 1 - Nenhuma | 2- Pouca | 3 – Nem muito nem pouco | 4- Muita | 5 - Elevada), tendo em conta os aspetos considerados.

A presente entrevista enquadra-se numa investigação que tem como objetivo perceber se os técnicos que fazem parte das equipas técnicas dos centros educativos têm a perceção do impacto que têm na intervenção com o menor e se estes acham relevante a existência de um técnico superior de educação social nas mesmas. A colaboração é voluntária, estando garantida a confidencialidade das pessoas envolvidas. A sua participação é extremamente importante na medida em que contribuirá para o conhecimento dos profissionais que integram as equipas técnicas.

Obrigado pela colaboração e pela disponibilidade.

População-alvo: Técnico Superior de Reinserção Social/Técnico Profissional de Reinserção Social

Objetivos da entrevista: Fazer um levantamento dos técnicos/profissionais que integram as equipas técnicas dos centros educativos; compreender o tipo de intervenção desenvolvida pelo entrevistado/técnico; avaliar a perceção do entrevistado/técnico acerca do impacto da sua intervenção com o menor; e avaliar a perceção do entrevistado acerca da importância da existência de um educador social na equipa técnica.

Apresentação	Conteúdo	Registo						
Objetivos: - Apresentação dos participantes - Exposição dos objetivos - Elucidação sobre os procedimentos de anotação	- Apresentação do entrevistador - Exposição dos objetivos da entrevista - Esclarecimento de questões ligadas à confidencialidade e às formas de anotação - Pedido de autorização para consumir a realização da entrevista		Critérios de avaliação das questões	1	2	3	4	5
Desenvolvimento	- Quais os profissionais integrantes das equipas técnicas do centro educativo X que intervêm diretamente com o menor?			Compreensão				
			Referência a uma informação desconhecida					
			Pertinência					

			Clareza/Ambiguidade					
			Dificuldade na resposta					
<p><u>Levantamento dos técnicos que integram as equipas técnicas</u></p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Analisar a constituição das equipas/profissionais que intervêm com o menor - Perceber se as equipas têm os técnicos necessários para a uma intervenção eficaz do menor - Avaliar se o profissional/técnico tem a perceção do impacto que tem ao intervir com o menor 	<p>- Que tipo de formação possuem os referidos profissionais?</p>		Compreensão					
			Referência a uma informação desconhecida					
			Pertinência					
			Clareza/Ambiguidade					
			Dificuldade na resposta					
		<p>- Considera que o Centro Educativo possui os técnicos necessários para a intervenção com o menor?</p>		Compreensão				
				Referência a uma informação desconhecida				
				Pertinência				
				Clareza/Ambiguidade				
				Dificuldade na resposta				
		<p>- (Pergunta só para TSRS) De que forma orienta e supervisiona o trabalho de outros profissionais do centro, nomeadamente dos</p>		Compreensão				
				Referência a uma informação				

	técnicos profissionais de reinserção social?		desconhecida				
			Pertinência				
			Clareza/Ambiguidade				
			Dificuldade na resposta				
	- Qual a perceção que tem do impacto da sua intervenção com o menor?		Compreensão				
			Referência a uma informação desconhecida				
			Pertinência				
			Clareza/Ambiguidade				
		Dificuldade na resposta					
<u>Análise da intervenção desenvolvida</u>			Compreensão				
Objetivos: - Compreender como é estruturada a intervenção com o menor durante o cumprimento da medida de internamento	- A intervenção desenvolvida é planeada de acordo com as necessidades do menor? Ou é desenvolvida com base no motivo de internamento?		Referência a uma informação desconhecida				
- Conhecer os projetos internos que ajudam a orientar a intervenção com			Pertinência				
			Clareza/Ambiguidade				

<p>o menor</p> <p>- Perceber que atividades são desenvolvidas para enriquecer o menor</p>			Dificuldade na resposta					
	<p>- Em que consiste o projeto educativo pessoal? Qual a sua finalidade?</p>		Compreensão					
			Referência a uma informação desconhecida					
			Pertinência					
			Clareza/Ambiguidade					
			Dificuldade na resposta					
	<p>- O projeto educativo pessoal é um plano individualizado que visa a modificação do comportamento do jovem?</p>		Compreensão					
			Referência a uma informação desconhecida					
			Pertinência					
			Clareza/Ambiguidade					
			Dificuldade na resposta					
	<p>- Até que ponto acha que é importante a supervisão dos menores em todas as tarefas, nomeadamente nas zonas residenciais?</p>		Compreensão					
			Referência a uma informação desconhecida					

	Porquê?		Pertinência						
			Clareza/Ambiguidade						
			Dificuldade na resposta						
	- Que atividades são desenvolvidas para dotar o menor de competências pessoais e sociais que permitem a referida reintegração?			Compreensão					
				Referência a uma informação desconhecida					
				Pertinência					
				Clareza/Ambiguidade					
				Dificuldade na resposta					
	- Inerente às funções do técnico de reinserção social está a assessoria de elevado grau de qualificação. Em que consiste especificamente esta assessoria?			Compreensão					
				Referência a uma informação desconhecida					
				Pertinência					
				Clareza/Ambiguidade					

			Dificuldade na resposta					
<p><u>Importância do técnico superior de educação social</u></p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Analisar a importância que um educador social pode ter nas equipas técnicas dos centros educativos - Apurar que tipo de intervenção poderia levar a cabo - Averiguar se um educador social seria útil na intervenção com o menor 	<p>- Acharia importante a inclusão de um técnico superior de educação social nas equipas técnicas? Porquê?</p>		Compreensão					
			Referência a uma informação desconhecida					
			Pertinência					
			Clareza/Ambiguidade					
			Dificuldade na resposta					
	<p>- Que tipo de intervenção acha que um educador social pode desenvolver nos centros educativos?</p>			Compreensão				
				Referência a uma informação desconhecida				
				Pertinência				
				Clareza/Ambiguidade				
				Dificuldade na resposta				
	- A intervenção de um profissional com as			Compreensão				

	competências de um educador social seria uma mais-valia para o menor? Porquê?		Referência a uma informação desconhecida				
			Pertinência				
			Clareza/Ambiguidade				
			Dificuldade na resposta				
Encerramento							
Objetivos: - Agradecer a participação; - Disponibilizar contactos para mostrar os resultados - Garantir ao entrevistado que terá acesso aos resultados do estudo.	- Pretende acrescentar alguma informação que considere pertinente?		Compreensão				
			Referência a uma informação desconhecida				
			Pertinência				
			Clareza/Ambiguidade				

			Dificuldade na resposta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<ul style="list-style-type: none"> - Agradecer a colaboração; - Disponibilizar os contactos para se o entrevistado estiver interessado em saber os resultados. 								

Assinale nos itens à direita a sua opinião relativamente às questões efetuadas, seleccionando o número que exprime o grau de adequação das mesmas (de 1 a 5, em que 1 - Nenhuma | 2- Pouca | 3 – Nem muito nem pouco | 4- Muita | 5 - Elevada), tendo em conta os aspetos considerados.

ANEXO G - GRELHA SÍNTESE DOS RESULTADOS DE VALIDAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Perguntas	Critérios de avaliação das questões	1	2	3	4	5
1- Quais os profissionais integrantes das equipas técnicas do centro educativo X que intervêm diretamente com o menor?	Compreensão					3
	Referência a uma informação desconhecida	1	2			
	Pertinência				1	2
	Clareza/Ambiguidade					3
	Dificuldade na resposta	3				
2 - Que tipo de formação possuem os profissionais existentes nas equipas técnicas do Centro Educativo X?	Compreensão					3
	Referência a uma informação desconhecida	1	2			
	Pertinência				3	
	Clareza/Ambiguidade					3
	Dificuldade na resposta	3				
3 - Considera que o Centro Educativo possui os técnicos necessários para a intervenção com o menor?	Compreensão					3
	Referência a uma informação desconhecida	3				
	Pertinência					3

	Clareza/Ambiguidade				3
	Dificuldade na resposta	3			
4 - De que forma orienta e supervisiona o trabalho de outros profissionais do centro?	Compreensão				3
	Referência a uma informação desconhecida	1	2		
	Pertinência				3
	Clareza/Ambiguidade				3
	Dificuldade na resposta	3			
5 - Qual a percepção que tem do impacto da sua intervenção com o menor?	Compreensão				3
	Referência a uma informação desconhecida	1	2		
	Pertinência				3
	Clareza/Ambiguidade				3
	Dificuldade na resposta	2	1		
6 - A intervenção desenvolvida é planeada de acordo com as necessidades do menor? Ou é desenvolvida com base no motivo de internamento?	Compreensão				3
	Referência a uma informação desconhecida	1	2		
	Pertinência		1		2

	Clareza/Ambiguidade				3
	Dificuldade na resposta	3			
7 - Como é estruturado o projeto de intervenção educativa? Qual o seu objetivo? (pergunta dirigida a um técnico específico)	Compreensão			1	
	Referência a uma informação desconhecida	1			
	Pertinência				1
	Clareza/Ambiguidade			1	
	Dificuldade na resposta	1			
8 - Em que consiste o projeto educativo pessoal? Qual a sua finalidade?	Compreensão				3
	Referência a uma informação desconhecida	1	2		
	Pertinência				3
	Clareza/Ambiguidade				3
	Dificuldade na resposta	3			
9 - O projeto educativo pessoal é um plano individualizado que visa a modificação do comportamento do jovem?	Compreensão				3
	Referência a uma informação desconhecida	1	2		
	Pertinência			3	

	Clareza/Ambiguidade			1		2
	Dificuldade na resposta	3				
10 - Até que ponto acha que é importante a supervisão dos menores em todas as tarefas, nomeadamente nas zonas residenciais? Porquê? ? (pergunta dirigida a um técnico específico)	Compreensão					1
	Referência a uma informação desconhecida					1
	Pertinência					1
	Clareza/Ambiguidade					1
	Dificuldade na resposta	1				
11 - Que atividades são desenvolvidas para dotar o menor de competências pessoais e sociais que permitem a referida reintegração?	Compreensão					3
	Referência a uma informação desconhecida	2		1		
	Pertinência					3
	Clareza/Ambiguidade					3
	Dificuldade na resposta	3				
12 - Inerente às funções do técnico de reinserção social está a assessoria de elevado grau de qualificação. Em que consiste especificamente esta assessoria? (pergunta dirigida a um técnico específico)	Compreensão					1
	Referência a uma informação desconhecida			1		
	Pertinência					1

	Clareza/Ambiguidade				1
	Dificuldade na resposta	1			
13 - A intervenção desenvolvida durante a medida de internamente permite ao menor uma melhor reintegração na sociedade? Em que medida?	Compreensão				3
	Referência a uma informação desconhecida	3			
	Pertinência				3
	Clareza/Ambiguidade				3
	Dificuldade na resposta	2	1		
14 - Acharia importante a inclusão de um técnico superior de educação social nas equipas técnicas? Porquê?	Compreensão				3
	Referência a uma informação desconhecida	2	1		
	Pertinência				3
	Clareza/Ambiguidade				3
	Dificuldade na resposta	3			
15 - Que tipo de intervenção acha que um educador social pode desenvolver nos centros educativos?	Compreensão				3
	Referência a uma informação desconhecida	2	1		
	Pertinência				3

	Clareza/Ambiguidade				3
	Dificuldade na resposta	3			
16 - A intervenção de um profissional com as competências de um educador social seria uma mais-valia para o menor? Porquê?	Compreensão				3
	Referência a uma informação desconhecida	1			2
	Pertinência		1		2
	Clareza/Ambiguidade				3
	Dificuldade na resposta	3			

ANEXO H – OFÍCIO DE PEDIDO DE COLABORAÇÃO

Viseu, 4 de Fevereiro de 2013

Exmo.(a) Senhor (a) Diretor (a) do Centro Educativo XXX/ Técnico Superior de Reinserção Social do Centro Educativo XXX:

Assunto: Pedido de colaboração no âmbito de projeto de mestrado

O meu nome é Vanda Rodrigues, sou aluna do 2º ano de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, da Escola Superior de Educação de Viseu e encontro-me a elaborar um projeto final. A temática abordada no referido projeto é a delinquência juvenil e o internamento dos jovens em centros educativos. Pretende-se com este trabalho perceber como se organizam as equipas que intervêm com o menor. Fazer um levantamento dos técnicos/profissionais que integram as equipas técnicas dos centros educativos; compreender o tipo de intervenção desenvolvida pelo entrevistado/técnico; avaliar a perceção do entrevistado/técnico acerca do impacto da sua intervenção com o menor; e avaliar a perceção do entrevistado acerca da importância da existência de um educador social na equipa técnica.

Neste sentido, venho por este meio, solicitar a V. Ex.^a colaboração no projeto supracitado, através da resposta a um guião de entrevista semiestruturada e avaliação das questões do mesmo, garantindo desde já a utilização da informação fornecida por V. Ex.^a apenas para fins académicos.

A análise dos dados recolhidos com a referida entrevista será fundamental para a elaboração do meu projeto.

Sem mais assunto de momento, agradeço desde já a vossa atenção dispensada.

Atenciosamente,

A Aluna:
Vanda Rodrigues

Contacto para resposta:
esev7283@esev.ipv.pt

ANEXO I – GRELHA PARA ELABORAÇÃO DA ANÁLISE DE CONTEÚDOS DE UMA ENTREVISTA

Domínio – Caracterização das equipas técnicas				
Categories	Subcategories	Director	TSRS	TPRS
Tipos de técnicos				
Áreas de formação				
Técnicos necessários	Sim			
	Não		—	—
Orientação e Supervisão				—
Assessoria		—		

Domínio – Perceção da intervenção				
Categories	Subcategories	Director	TSRS	TPRS
Perceção do impacto da intervenção				
Planeamento	Necessidades dos menores			
	Motivo do internamento			
Projeto	Objetivos			
	Estruturação			
	Finalidades			
Importância da supervisão das tarefas				—
Atividades				
Intervenção e reintegração				

Domínio – Importância do técnico superior de educação social				
Categories	Subcategories	Director	TSRS	TPRS
Tipos de intervenção				
Impacto do técnico superior de educação social no menor				

ANEXO J – PROPOSTA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS (PAC)

**PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM MENORES INTERNADOS
EM CENTROS EDUCATIVOS**

Nota explicativa do programa PAC

Este programa destina-se a ser implementado em centros educativos com menores que se encontrem a cumprir uma medida de internamento.

Objetivos do programa:

Promover competências pessoais, sociais e profissionais nos menores internados, no sentido de potenciar uma maior autonomia no dia-a-dia destes e prevenir futuras situações de inadaptação pessoal-social, fomentar o empowerment, estimular o desenvolvimento da autonomia na sua integração social e escolar/profissional.

Objetivos estratégicos:

- Promoção/aquisição de competências pessoais ao nível do auto e hétero conhecimento, empatia, autoestima, identificação e promoção de capacidades,
- Desenvolvimento de competências sociais de modo a que consigam solucionar de forma assertiva problemas e conflitos mas, também, a demonstrar a importância da comunicação, do trabalho em equipa, aquisição de valores, trabalhar a valorização da família, do trabalho e do lazer,
- Prover competências de ordem profissional que lhes permitam identificar os seus objetivos e aspirações, ultrapassar obstáculos, lidar com situações de stress e mostrar a estes menores que se podem tornar os sonhos alcançáveis.

Sessões:

- 12 Sessões
- 60 Minutos cada sessão
- 1 Vez por semana

Planeamento das sessões:

N.º Sessão	Competência Adquirir	Componente	Objetivo	Atividade	Tempo
1	Pessoal	Auto e hétero conhecimento	Fomentar o auto e heteroconhecimento.	1. Colecionador de autógrafos 2. Cartão de identificação	60 Minutos
2	Pessoal	Empatia	Promover as capacidades de reconhecer e compreender os sentimentos dos outros.	1. A caixa 2. A história	60 Minutos
3	Pessoal	Autoestima	Desenvolver sentimentos de valor nas diferentes esferas do autoconceito.	1. Eu tiro o chapéu... 2. Modelo por um dia	60 Minutos
4	Pessoal	Identificação e promoção de capacidades	Refletir sobre os gostos e capacidades únicas de cada um.	1. Roleplay sobre gostos pessoais 2. O que eu sei fazer melhor	60 Minutos
5	Social	Comunicação	Desenvolver capacidades de comunicação.	1. Telefone estragado 2. Comunicação não-verbal	60 Minutos
6	Social	Trabalho em equipa	Promover o trabalho de equipa e a cooperação.	1. Torre de papel 2. Palhinhas e alfinetes	60 Minutos

7	Social	Resolução de problema e gestão de conflitos	Desenvolver a capacidade de resolução de problemas e estratégias para lidar com os mesmos.	1. A corda	60 Minutos
				2. Do lado errado	
8	Social	Aquisição de valores	Dotar os participantes de valores sociais e refletir sobre a importância dos mesmos.	1. A minha planta	60 Minutos
				2. Cidadania e Solidariedade	
9	Social	Família, trabalho e lazer	Refletir sobre a importância da família, trabalho e lazer.	1. Deveres e direitos na família	60 Minutos
				2. Exposição, cinema ou teatro	
10	Pessoal Profissional	Objetivos e aspirações	Refletir sobre os planos de vida futuros e a importância ao longo da vida.	1. A linha do futuro	60 Minutos
				2. A lista	
11	Profissional	Ultrapassar obstáculos e estratégias para lidar com o stress	Promover competências para que os participantes ultrapassem obstáculos e consigam lidar com situações de stress.	1. Todos de costas	60 Minutos
				2. O cliente insatisfeito	
12	Pessoal, Social, Profissional	Tornar o sonho possível	Refletir sobre os sonhos pessoais de cada um.	1. Exibição do filme em busca da felicidade	60 Minutos
				2. Até á vista	

Planificação das atividades por sessão

N.º sessão: 1 – Componente Pessoal - Auto e hétero conhecimento		Tempo: 60 Minutos
Objetivos da Sessão: Fomentar o auto e heteroconhecimento		
Informação adicional: Nesta primeira sessão o objetivo principal é que todos se fiquem a conhecer e falem de si próprios.		
Descrição da atividade 1 Título: Colecionador de autógrafos O dinamizador da sessão deve começar por distribuir um pequeno quadrado de papel por cada participante, para que este assine o seu nome no papel. Em seguida, depois de recolhidos os papéis, o dinamizador será o primeiro a tirar um papel e ler o nome que está escrito, fazendo uma pequena apresentação (inventada) como se esta fosse a pessoa que estava escrita no papel. A pessoa em questão deve somente identificar-se depois, dizendo se o dinamizador acertou ou não em alguma informação passada. Em seguida, a pessoa apresentada irá tirar um outro papel, apresentando-se como se fosse a pessoa que tem o nome no papel e assim sucessivamente.		Recursos Materiais: <ul style="list-style-type: none">• Quadrados de Papel• Canetas
Descrição da atividade 2 Título: Cartão de identificação Cada participante irá apresentar-se ao restante grupo, dizendo para além do nome, algumas características pessoais.		

N.º sessão: 2 – Componente Pessoal – Empatia		Tempo: 60 Minutos
Objetivos da Sessão:		
Promover as capacidades de reconhecer e compreender os sentimentos dos outros.		
Informação adicional:		
Com esta sessão pretende-se que os participantes identifiquem sentimentos neles próprios e nos outros.		
Descrição da atividade 1		Recursos Materiais:
<p>Título: A caixa</p> <p>Será fornecido ao grupo uma caixa com alguns papéis que expressem sentimentos (amor, amizade, etc.) e cada participante terá de tirar um papel e atribuir a outro participante o sentimento que lhe saiu, explicando o porquê. No fim, deverão refletir sobre todos os sentimentos.</p>		<ul style="list-style-type: none"> • Quadrados de Papel • Caixa
Descrição da atividade 2		Recursos Materiais:
<p>Título: A história</p> <p>Será lido ao grupo uma história e os participantes terão que retratar, através de um desenho, uma parte da história que tenham gostado e que fale de um sentimento. Depois, a um a um terão de apresentar ao restante grupo, onde se debaterão todos os desenhos.</p>		<ul style="list-style-type: none"> • História • Folhas de Papel • Marcadores

N.º sessão: 3 – Componente Pessoal – Autoestima		Tempo: 60 Minutos
Objetivos da Sessão:		
Desenvolver sentimentos de valor nas diferentes esferas do autoconceito.		
Informação adicional:		
Esta sessão deve motivar os participantes e estimular a sua autoestima e autoconfiança.		
A atividade 2 será possível através de parcerias com uma marca de roupa e um fotógrafo.		
Descrição da atividade 1		Recursos Materiais:
Título: Eu tiro o chapéu...		<ul style="list-style-type: none"> • Chapéu • Espelho
Antes de começar o dinamizador da sessão deve colar o espelho ao fundo do chapéu. O dinamizador deve chamar um participante e perguntar-lhe se tira o chapéu a pessoa que está a ver e porquê, alertando-o para que não diga o nome da pessoa. Antes de chamar os próximos participantes, o dinamizador deve fingir que troca as fotografias que estão no chapéu, para que antecipadamente os participantes percebam que vão deles próprios.		
Descrição da atividade 2		Recursos Materiais e humanos:
Título: Modelo por um dia		<ul style="list-style-type: none"> • Roupas • Máquinas fotográficas • Fotógrafo
Nesta sessão os participantes do programa vão ter a oportunidade de experienciar como é ser modelo. Assim, por um dia estes jovens poderão experimentar algumas roupas e serem fotografados por um profissional da área da fotografia como se fossem modelos.		

N.º sessão: 4 – Componente Pessoal – Identificação e promoção de capacidades	Tempo: 60 Minutos
<p>Objetivos da Sessão:</p> <p>Refletir sobre os gostos e capacidades únicas de cada um.</p>	
<p>Informação adicional:</p> <p>Esta sessão é muito importante, porque tem como finalidade clarificar aos participantes as suas capacidades pessoais, fazer com que estes percebam as suas qualidades.</p>	
<p>Descrição da atividade 1</p> <p>Título: Roleplay sobre gostos pessoais</p> <p>O dinamizador da sessão deve introduzir o diálogo entre os participantes sobre os gostos de cada um, falando dos seus gostos próprios e em seguida individualmente cada um deve falar dos seus gostos pessoais ao grupo.</p>	
<p>Descrição da atividade 2</p> <p>Título: O que eu sei fazer melhor</p> <p>Deve ser dado a cada participante 10 minutos para preparem uma pequena apresentação ao grupo sobre uma coisa que saibam fazer bem, em seguida terão 5 minutos para apresentar ao grupo.</p> <p>* Esta sessão poderá ser antecipada ou requerida ao grupo na sessão anterior, para que se a ideia apresentar for uma receita ou algo que tenha de ser construído, possa ser feito antecipadamente e partilhado com o grupo.</p>	

N.º sessão: 5 – Componente Social - Comunicação		Tempo: 60 Minutos
Objetivos da Sessão:		
Desenvolver capacidades de comunicação.		
Informação adicional:		
Esta sessão é essencial pois, pretende-se com esta que os participantes desenvolvam capacidades comunicativas, privilegiando a importância da comunicação não-verbal, a escuta ativa e a identificação de falhas de comunicação.		
Descrição da atividade 1		Recursos Materiais:
Título: Telefone estragado		<ul style="list-style-type: none"> • Texto
Será dado a um participante um pequeno texto que este terá de ler durante 3 minutos, depois já sem acesso ao mesmo terá de reproduzir o que leu a um 2º elemento, em privado. Em seguida, chamar-se-á um 3º elemento que o ouvirá o que 2º elemento tem para lhe contar, em sequência do que ouvi do primeiro. e assim sucessivamente. No fim, será alvo de análise a versão final, para se aferir se o texto passado foi igual à versão original ou se houve falhas na comunicação.		
Descrição da atividade 2		
Título: Comunicação não-verbal		
Será dado aos participantes algumas palavras e estes terão de perante o grupo fazer, individualmente, a interpretação da mesma através de mímica e descobrir se os participantes que estão assistir conseguem adivinhar as palavras.		

N.º sessão: 6 – Componente Social - Trabalho em equipa		Tempo: 60 Minutos
Objetivos da Sessão: Promover o trabalho de equipa e a cooperação.		
Informação adicional: É fundamental que os participantes consigam trabalhar em equipa, ajudando-se mutuamente		
Descrição da atividade 1 Título: Torre de papel O grupo deverá ser dividido em subgrupos de 2-3 pessoas. Com o material dados estes devem construir uma torre de papel tanto alto quanto possível, mas que se mantenha estável.		Recursos Materiais: <ul style="list-style-type: none"> • Papel • Tesouras • Fita adesiva
Descrição da atividade 2 Título: Palhinhas e Alfinetes O grupo será dividido em subgrupos de 4 – 5 pessoas, a cada grupo será dado uma embalagem de palhas de sumo e alfinetes. E terá de construir uma pequena escultura com o material que se segure durante alguns segundos, contudo apenas poderão usar uma mão (a outra deve ficar atrás das costas).		Recursos Materiais: <ul style="list-style-type: none"> • Alfinetes • Palhas de sumo

N.º sessão: 7 – Componente Social - Resolução de problema e gestão de conflitos		Tempo: 60 Minutos
Objetivos da Sessão:		
Desenvolver a capacidade de resolução de problemas e estratégias para lidar com os mesmos.		
Informação adicional:		
Estes exercícios permitem que os participantes encontrem soluções para os problemas que encontram e saibam lidar com estas da melhor forma.		
Descrição da atividade 1		Recursos Materiais:
Título: A corda		<ul style="list-style-type: none"> • Corda
O dinamizador deve dividir o grupo em duplas e costas com costas, atar-lhes as mãos. Estes terão de se livrar da corda, sem a partir.		
Descrição da atividade 2		Recursos Materiais:
Título: Do lado errado		<ul style="list-style-type: none"> • Lençol
Os participantes devem colocar-se sobre o lençol e terão de revirar para a outra face sem que qualquer parte do corpo dos participantes toque no chão.		

N.º sessão: 8 – Componente Aquisição de valores -		Tempo: 60 Minutos
Objetivos da Sessão:		
Dotar os participantes de valores sociais e refletir sobre a importância dos mesmos.		
Informação adicional:		
É extremamente vital que os participantes consigam adquirir valores como a responsabilidade, a solidariedade ou a aceitar a indiferença.		
Descrição da atividade 1		Recursos Materiais:
<p>Título: A minha planta</p> <p>Será dado a cada participante uma lata, terra e sementes. Cada um terá de plantar as sementes e tratar da planta daí em diante. Será sua responsabilidade regá-la, pô-la ao sol ou retirá-la, podá-la, etc.</p>		<ul style="list-style-type: none"> • Latas • Sementes • Terra
Descrição da atividade 2		Recursos Materiais:
<p>Título: Cidadania e solidariedade</p> <p>O dinamizador deve dividir o grupo em subgrupos e distribuir por eles o material. Em seguida, cada grupo deve elaborar um cartaz com situações de solidariedade, em oposição a situações individualistas, dando-lhe um título para o trabalho. Posteriormente cada grupo deve apresentar o cartaz finalizando a sessão com uma discussão sobre os pontos que mais chamarem a atenção.</p>		<ul style="list-style-type: none"> • Revistas, jornais • Cartolina • Marcadores

N.º sessão: 9 – Componente Social – Família, trabalho e lazer	Tempo: 60 Minutos
<p>Objetivos da Sessão:</p> <p>Refletir sobre a importância da família, do trabalho e do lazer na vida de cada um.</p>	
<p>Informação adicional:</p> <p>Pretende-se com esta sessão que os participantes percebam a importância destas componentes na vida e como mantê-las de forma saudável e consciente. Será necessário para a segunda atividade da sessão desenvolver algumas parcerias.</p>	
<p>Descrição da atividade 1</p> <p>Título: Deveres e direitos na família</p> <p>Será feita uma pequena dramatização onde cada elemento de grupo irá interpretar um papel de família (Pai, o tio, etc.). Sendo uma dramatização improvisada as situações irão sendo discutidas conforme surjam e assim fazer com que estes percebam a dinâmicas familiar e o papel que cada tem na família.</p>	
<p>Descrição da atividade 2</p> <p>Título: Exposição, cinema ou teatro</p> <p>Esta sessão ficará reservada para que o grupo possa tomar contacto com várias formas culturais e de lazer. Muitos dos jovens internados em centros educativos nunca tiveram contacto com este tipo de experiências. Assim, dentro do regulamento do centro tentará que estes jovens possam ir ao cinema, ver uma exposição ou assistir a uma peça de teatro. Se não for possível por alguma razão poderá por exemplo ser contactada uma companhia para ir ao centro apresentar a sua peça ou tentar-se que o centro acolha uma exposição.</p>	

N.º sessão: 10 – Componente Pessoal e profissional – Objetivos e aspirações		Tempo: 60 Minutos
Objetivos da Sessão: Refletir sobre os planos de vida futuros e a importância ao longo da vida.		
Informação adicional:		
Descrição da atividade 1 Título: A linha de futuro Será dado a cada participante uma folha de papel onde este terá de desenhar uma linha, tipo gráfico, onde deverá assinalar metas atingir num futuro próximo.		Recursos Materiais: <ul style="list-style-type: none"> • Folhas de Papel • Canetas
Descrição da atividade 2 Título: A lista Será distribuído por cada participante uma folha de papel, dividida em 2. De um lado este terá de escrever as suas aspirações pessoais, sociais e profissionais e do outro lado as estratégias de como farão para as atingir. No final, devem ser discutidas coletivamente.		

N.º sessão: 11 – Componente Profissional - Ultrapassar obstáculos e estratégias para lidar com o stress	Tempo: 60 Minutos
Objetivos da Sessão: Promover competências para que os participantes ultrapassem obstáculos e consigam lidar com situações de stress.	
Informação adicional:	
Descrição da atividade 1 Título: Todos de costas Os participantes deverão formar um círculo e dar as mãos e ficando de costas uns para os outros. Estes terão depois de ser virar frente a frente, mas nunca poderão largar as mãos uns aos outros.	
Descrição da atividade 2 Título: O cliente insatisfeito Nesta sessão os participantes em dupla irão fazer pequenas dramatizações, um fazendo o papel de empregado de uma loja e outro de cliente. O cliente terá ordens para se mostrar sempre insatisfeito e discordando do empregado. O empregado por sua vez terá de lidar com a situação e de forma civilizada ir gerindo e contornando os obstáculos que vão surgindo.	

N.º sessão: 12 – Componente Pessoal, Social, Profissional – Tornar o sonho possível		Tempo: 60 Minutos
Objetivos da Sessão:		
Refletir sobre os sonhos pessoais de cada um.		
Informação adicional:		
Esta sessão servirá, também, para encerrar o programa e como tal, pretende-se que no final os participantes tenham experienciado um clima de empatia, descontração e possam receber os feedbacks seja dos outros participantes ou do dinamizador.		
Descrição da atividade 1		Recursos Materiais:
Título: Visualização do filme “Em busca da felicidade”		<ul style="list-style-type: none"> • Filme
Visualização do filme “em busca da felicidade” seguida de discussão do mesmo para introduzir uma conversa sobre os sonhos de cada um.		
Descrição da atividade 2		
Título: Até à vista		
Os participantes deverão formar um círculo e cada um deverá fazer um comentário positivo sobre outro participante. O dinamizador deve ser o primeiro a fazê-lo. Em seguida, todos os participantes deverão fazê-lo e no final deverá ser realizado um “apanhado” do que foi dito de forma a reforçar os comentários ouvidos.		

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO
(deve ser preenchido pelo menor)

Nome: _____

Idade: _____

Situação escolar/profissional: _____

Motivo do internamento: _____

Preferências e gostos pessoais:

Não gosto de... :

IDENTIFICAÇÃO DA MEDIDA DO INTERNAMENTO
(preenchida pelo técnico superior de educação social)

Caraterização da medida tutelar de internamento:

Motivo do internamento:

Identificação do encarregado de educação ou do responsável pelo menor:

Situação familiar:

Atividades que integra no centro educativo:

Situação escolar/profissional:

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA SESSÃO

Por favor assinala com um X no local de acordo com a sua preferência e como classifica a sessão

Não gostei

Gostei pouco

Gostei

Gostei muito

Obrigado pela participação!

A tua opinião é muito importante para o sucesso do programa

Caso consideres pertinente podes acrescentar alguma sugestão:
